

Comunicamos que podem ocorrer alterações nos links disponibilizados, em função de modificações realizadas no site de origem.

Boletim SEDIF nº 60

Divulgado em 05/04/2019

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Acusados de matar Marielle e Anderson vão responder por comércio e posse ilegal de armas](#)
- [Prefeita de Araruama é condenada por nomear mãe assessora](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Suspensão julgamento de ação que contesta uso de aeronave para pulverização de inseticida contra o mosquito Aedes aegypti](#)
- [AP 470: Ministro defere progressão do publicitário Ramon Hollerbach para regime aberto](#)
- [Ministro suspende decisão que determinou novo júri para apenas um dos crimes imputados ao réu](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Comprador pode ser informado sobre pagamento de taxa de corretagem no dia da assinatura do contrato](#)
- [Terceira Turma fixa teses sobre técnica de ampliação do colegiado prevista no artigo 942 do novo CPC](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Tribunais divulgam balanço da 1ª Semana Justiça pela Paz em Casa do ano](#)
- [Efetividade no combate à corrupção exige cooperação, diz corregedor](#)
- [Por mais eficiência, CNJ implantará gestão por competências](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Inconstitucionalidades Indicadas

Atualizamos a Página de [Inconstitucionalidades Indicadas](#) no Portal do Conhecimento para divulgar os processos abaixo relacionados (art. 103, caput e parágrafo 1º e 109 do REGITJRJ e art. 28, parágrafo único da Lei nº 9.868/1999).

- **0000784-45.2018.8.19.0000** - DES. TERESA ANDRADE

Legislação: Lei municipal nº 7.615, de 21 de dezembro de 2017, do Município de Petrópolis.

Assunto: VIOLAÇÃO DOS ARTIGOS 5º, 77, 196 E 214 DA CERJ. TRIBUTÁRIO. LEI QUE AUTORIZOU A PREFEITURA A REALIZAR A ATUALIZAÇÃO MONETÁRIA DOS CRÉDITOS FISCAIS, DO VALOR VENAL E DA UNIDADE FISCAL MUNICIPAL EM ÍNDICE CORRESPONDENTE AO IPCA ACUMULADO NOS ANOS DE 2011 A 2017.

Ofício nº 156/2019 - SETOE-SECIV

- **0047458-18.2017.8.19.0000** - DES. HELENO RIBEIRO PEREIRA NUNES

Legislação: Lei Orgânica do Município de Teresópolis, artigo 99, § 6º, com a redação dada pela Emenda à Lei Orgânica nº 005/2017.

Assunto: EMENDA A LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE TERESÓPOLIS QUE DETERMINA PRÉVIA ANÁLISE E AUTORIZAÇÃO PELA CÂMARA MUNICIPAL DE EDITAIS PARA CONCESSÃO, PRIVATIZAÇÃO OU TERCEIRIZAÇÃO DE OBRAS E SERVIÇOS MUNICIPAIS.

Ofício nº 147/2019 - SETOE-SECIV

JULGADOS INDICADOS*

- [0135107-81.2018.8.19.0001](#) - Rel^a. Des^a. Natasha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira - j. 04/04/2019 e p. 05/04/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Boletim SEDIF nº 59

Divulgado em 04/04/2019

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Direitos e garantias de atletas adolescentes do Fluminense devem ser tratados pela Justiça Trabalhista](#)
- [Torcedor do Flamengo que agrediu idoso tricolor vira réu em ação penal](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Mantida decisão que determinou novo júri de brasileiro acusado de matar taxista em Portugal](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Ministro nega liminar a denunciada por lavagem de dinheiro na Operação Lama Asfáltica](#)
- [Integralização do capital social com imóveis exige transferência no cartório imobiliário](#)
- [Credores da recuperação podem ser divididos em subclasses por critério objetivo](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Grupo apresenta sugestões para orientar magistrados nas mídias sociais](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Revista de Direito do TJERJ

Editada desde o ano de 1985, constitui-se no repositório oficial de jurisprudência desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. Além de decisões e acórdãos selecionados, cada edição contém, ainda, seções de artigos doutrinários e jurisprudência temática, onde um tema controvertido e atual é abordado, acompanhado da correspondente jurisprudência do TJERJ e dos Tribunais Superiores.

As edições da Revista de Direito estão sendo gradativamente disponibilizadas em versão eletrônica. Consulte a página no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Publicações > Jurídico > [Revista de Direito](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0072023-12.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes - j. 02/04/2019 e p. 04/04/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

Informamos que foi publicado nesta data (quarta-feira), no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ), o [Ementário de Jurisprudência Criminal nº 07](#), tendo sido selecionado, dentre outros, julgado quanto a golpe do boleto bancário emitido por plano de saúde, direcionando o crédito para conta de terceiro. Teoria do Risco do Empreendimento, com

consequente declaração de quitação da mensalidade pela pessoa jurídica, inoccorrência de dano moral.

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8371, de 02/04/2019](#) - Dispõe sobre o recebimento, mediante a via postal, do Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo no Estado do Rio de Janeiro, na forma que menciona.
- [Lei Estadual nº 8369, de 02/04/2019](#) - Altera a lei nº 7.402, de 18/07/2016, que determina que pessoas feridas em acidentes de trânsito sejam levadas, pelo corpo de bombeiros, para hospitais conveniados aos seus planos de saúde.
- [Lei Estadual nº 8368, de 02/04/2019](#) - Cria linha social de transporte hidroviário urbano de passageiros, ligando a Praça XV e a Baía de Sepetiba.
- [Lei Estadual nº 8367, de 02/04/2019](#) - Dispõe sobre a implantação da educação integral com turno único em toda a Rede de Ensino Público do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8365, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre a cobrança de tarifa social pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) e a reinstituição do benefício que especifica a igrejas e templos religiosos de todos os cultos e denominações.
- [Lei Estadual nº 8363, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre a cobrança da tarifa social pela Companhia Estadual de Águas e Esgotos (CEDAE) às unidades habitacionais do programa minha casa minha vida.
- [Lei Estadual nº 8362, de 01/04/2019](#) - Determina o horário de funcionamento dos radares nas rodovias estaduais que atravessam as vias urbanas, situados em todo o território do estado do rio de janeiro, na forma que menciona.
- [Lei Estadual nº 8361, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade de inclusão, em um percentual mínimo de 30% (trinta por cento), de produtos orgânicos ou de base agroecológica na alimentação fornecida aos pacientes dos hospitais da Rede Pública Estadual do Rio de Janeiro.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Núcleo do TJRJ define medidas preventivas contra fraudes processuais](#)
- [Justiça do Rio manda prender servidores da Receita Estadual que cobravam propina de empresários](#)
- [Falso empresário acusado de atrair e escravizar modelos é condenado a 32 anos de prisão](#)

NOTÍCIAS STF*

- [1ª Turma fixa regime aberto a condenado por dirigir sem habilitação em SP](#)
- [Mantida execução da pena de empresário condenado por sonegação de contribuição previdenciária](#)
- [2ª Turma substitui prisão de ex-chefe da Casa Civil do RJ por medidas cautelares](#)
- [Liminar garante direito ao silêncio a engenheiros em depoimento na CPI sobre Brumadinho](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Ação de prestação de contas não pode ser utilizada por alimentante para fiscalizar uso da pensão](#)
- [Dependente pode ser incluído em plano de previdência complementar após morte do segurado](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Judiciário ganha agilidade com uso de inteligência artificial](#)
- [Combate a fake news é debatido por juízes em eventos sobre redes sociais](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Legislação Ambiental Municipal

A página de [Legislação Ambiental Municipal](#) organiza e relaciona a legislação ambiental por prefeituras, com links para os respectivos sites, facilitando a pesquisa à íntegra da norma.

Acesse a página no seguinte caminho: *Consultas > Portal do Conhecimento > Legislação > Legislação Ambiental Municipal > Prefeituras.*

JULGADOS INDICADOS*

- [0004412-12.2013.8.19.0002](#) - Rel. Des. Maldonado de Carvalho - j. 26/03/2019 e p. 03/04/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

[Primeira Seção cancela 2 \(duas\) súmulas sobre tributação](#)

A Primeira Seção cancelou 2 (dois) Enunciados de Súmulas - de números **68** e **94** - que tratam de ICMS na base de cálculo do PIS e do Finsocial.

Súmula 68: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do PIS.

Súmula 94: A parcela relativa ao ICMS inclui-se na base de cálculo do Finsocial.

O cancelamento será publicado por três vezes no *Diário da Justiça Eletrônico*.

[Veja a notícia no site](#)

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8343, de 01/04/2019](#) - Altera a lei nº 7.855, de 15/01/2018.
- [Lei Estadual nº 8344, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre a criação da nova agência reguladora de serviços públicos do Estado do Rio de Janeiro - ARSERJ, com a fusão da AGENERSA e AGETRANSP, e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8345, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre a divulgação, em delegacias de polícia, do direito ao ressarcimento do IPVA, das vítimas de roubo ou furto de veículo automotor terrestre no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8346, de 01/04/2019](#) - Altera a lei nº 6.144, de 04/01/2012, para acrescentar informações ao consumidor em brinquedos existentes em parques de diversão e casas de festas, e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8348, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre o acesso de profissionais da área de saúde, que fazem tratamento de alunos com deficiência e ou mobilidade reduzida, transtornos globais do desenvolvimento, e com altas habilidades ou superdotação, nas dependências das escolas públicas e privadas do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8355, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre o direito de amamentar durante a realização de concursos públicos estaduais e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8357, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre a concessão de parcelamento, antes do vencimento, nas faturas de prestação de serviço emitidas pela Companhia Estadual de Água e Esgoto - CEDAE.
- [Lei Estadual nº 8358, de 01/04/2019](#) - Dispõe sobre a instalação de câmeras de monitoramento e vigilância nos terminais rodoviários intermunicipais que prestam serviços de embarque e desembarque de passageiros, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8359, de 01/04/2019](#) - Institui sanção administrativa de multa para casos de assédio sexual registrados no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Rio será sede, em setembro, de Encontros Nacionais da Infância](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Rejeitado recurso de investigado na Operação Águas Profundas](#)
- [Ministro suspende lei do Município de São Paulo que proíbe artefatos pirotécnicos ruidosos](#)
- [Ministro julga inviável ADI contra instrução normativa do INSS sobre empréstimo consignado](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [É possível remarcação de curso de formação para candidata lactante, decide Primeira Turma](#)
- [Cabe à Segunda Seção julgar disputa entre proprietários e mineradora sobre participação nos resultados de mineração](#)
- [Decisão que permite emenda à inicial dos embargos à execução não é recorrível de imediato por meio de agravo](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Redes sociais: ficar fora é pior do que não saber como se comportar](#)
- [CNJ promove capacitação para desenvolvedores do PJe 2.1](#)
- [Nota de Esclarecimento](#)
- [Prazo para modernização na infraestrutura de TI dos cartórios termina hoje](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Correlação dos Verbetes Sumulares

O Portal do Conhecimento disponibiliza o link [Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores](#). Seu conteúdo está sendo atualizado com a inclusão de cancelamentos e publicação de novos verbetes sumulares.

Acesse a página no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) / Súmulas / Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores.

JULGADOS INDICADOS*

- [0196483-98.2011.8.19.0038](#) - Rel. Des. [Marcos André Chut](#) - j. 27/03/2019 e p. 02/04/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

Decisão proferida nos autos da Medida Cautelar na Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental nº 568/PR. - STF..

Ofício Eletrônico nº 2576/2019 (Ofício-circular nº 3/2019), datado de 15/03/2019, **comunica** V. Decisão proferida pelo relator Exmo. Sr. Ministro Dr. Alexandre de Moraes, do Supremo Tribunal Federal, nos seguintes termos:

“...Diante de todo o exposto, CONCEDO A MEDIDA CAUTELAR postulada na presente ADPF, *ad referendum* do Plenário (art. 5º, § 1º, da Lei 9.882/1999), para, com base no art. 5º, § 3º, da Lei 9.882/1999:

- (a) suspender todos os efeitos da decisão judicial proferida pelo Juízo da 13ª Vara Federal de Curitiba, que homologou o Acordo de Assunção de Obrigações firmado entre

a Petrobras e os Procuradores da República do Ministério Público do Paraná (Força-Tarefa Lava-Jato), bem como a eficácia do próprio acordo;

(c) determinar a suspensão de todas as ações judiciais, em curso perante qualquer órgão ou Tribunal, ou que, eventualmente, venham a ser propostas e que tratem do objeto impugnado na presente ADPF;...”

[Íntegra da decisão](#)

Outrossim, informamos que foi publicado nesta data (01/04/2019), o cancelamento da **Súmula TJ nº 75**, que tinha a seguinte redação:

[SÚMULA TJ 75](#)

O simples descumprimento de dever legal ou contratual, por caracterizar mero aborrecimento, em princípio, não configura dano moral, salvo se da infração advém circunstância que atenta contra a dignidade da parte.

Cancelamento da Súmula. DJERJ, ADM, n. 138, p. 22.

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8320, de 28/03/2019](#) - Dispõe sobre a recompensa do disque-denúncia na forma em que menciona e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8322, de 29/03/2019](#) - Dispõe sobre a participação das pessoas com deficiência nas peças publicitárias de órgãos da administração pública direta ou indireta.
- [Lei Estadual nº 8323, de 29/03/2019](#) - Compete exclusivamente ao poder público o cadastramento e a concessão de gratuidade destinada as pessoas com deficiência, idosos e estudantes da rede pública.
- [Lei Estadual nº 8325, de 29/03/2019](#) - Autoriza o poder executivo a celebrar convênios com empresas de manutenção automotiva para os fins que especifica.
- [Lei Estadual nº 8326, de 29/03/2019](#) - Modifica o art. 1º, § 5º, da lei nº 4.510, de 13/01/2005, para incluir os portadores de HIV/AIDS no rol de beneficiados com a isenção do pagamento de tarifas nos serviços de transporte intermunicipal de passageiros.

- [Lei Estadual nº 8328, de 29/03/2019](#) - Proíbe a divulgação de informações sobre investigações criminais por agentes públicos da área de segurança.
- [Lei Estadual nº 8329, de 29/03/2019](#) - Torna obrigatória a realização do “teste do quadril” em todos os recém-nascidos nos berçários das maternidades no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8330, de 29/03/2019](#) - Institui a obrigatoriedade de divulgação das despesas com locação de imóveis particulares pelo poder público estadual.
- [Lei Estadual nº 8331, de 29/03/2019](#) - Dispõe sobre a reserva de 15% das vagas de trabalho nos eventos esportivos e culturais, promovidos ou apoiados pelo Governo do Estado, para as pessoas com deficiência.
- [Lei Estadual nº 8332, de 29/03/2019](#) - Cria o fundo estadual de enfrentamento à violência contra as mulheres.
- [Lei Estadual nº 8334, de 29/03/2019](#) - Estabelece cota para representação de afrodescendentes na publicidade governamental.
- [Lei Estadual nº 8338, de 29/03/2019](#) - Institui o programa de prevenção à epilepsia e assistência integral às pessoas com epilepsia no Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8339, de 29/03/2019](#) - Faculta ao empreendedor individual qualificado como Microempreendedor Individual - MEI, a inscrição estadual no Cadastro de Pessoa Jurídica do Cadastro de Contribuintes do ICMS (CAD-ICMS) do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8341, de 29/03/2019](#) - cria o programa estadual de aquisição de imóveis usados, que serão disponibilizados aos moradores de áreas de extremo risco e vítimas de calamidade e catástrofes no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro nega trâmite a mandado de segurança contra comemoração de 31 de março](#)
- [Questionada lei do AM sobre cobrança por telefone de consumidores inadimplentes](#)
- [Mantida execução provisória da pena de ex-dono do Banco Crefisul](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Negado habeas corpus a prefeito de Calçoene \(AP\)](#)
- [Honorário com adoção de quota litis deve ser calculado no valor do benefício recebido pela parte](#)
- [Justiça, medicamentos e o direito à vida: a história de Deborah](#)
- [Tribunal da Cidadania condena cancelamento do bilhete de volta em caso de no show](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Tribunal do Júri: CNJ estuda ações para aprimorar julgamentos](#)
- [CNJ Serviço: Entenda as diferença entre corrupção ativa e passiva](#)
- [Semana da Conciliação de 2019 será de 4 a 8 de novembro](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

O Portal do Conhecimento disponibiliza informações sobre a gestão do acervo arquivístico do PJeRJ, realizada pelo DEGEA. São informações sobre as atividades de arquivamento, desarquivamento, avaliação e destinação final dos documentos gerados ou recebidos pelas unidades organizacionais, gerenciamento dos instrumentos arquivísticos como a Tabela de Temporalidade de Documentos, o Código de Classificação de Documentos e o Manual de Arquivos Correntes.

O conteúdo está organizado da seguinte forma:

- [Atos formais de gestão.](#)
- [Gestão documental.](#)
- [Legislação arquivística.](#)
- [Arquivamento e desarquivamento.](#)

O link [Gestão Arquivística](#) pode ser acessado no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Gestão em Destaque > Gestão Arquivística.

JULGADOS INDICADOS*

- [0337295-05.2014.8.19.0001](#) - Rel. Des. [Gilberto Campista Guarino](#) - j. 13/03/2019 e p. 15/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Ministro Barroso encerra seminário em homenagem ao professor PCPC](#)
- [Paulo Cezar Pinheiro Carneiro recebe homenagens em seminário sobre Processo Civil](#)

NOTÍCIAS STF*

- [STF declara constitucionalidade de lei gaúcha que permite sacrifício de animais em rituais religiosos](#)
- [STF reafirma unicidade da representação judicial nos Estados e no DF](#)
- [Ministro nega liminar que pedia suspensão de ação penal contra ex-deputado Eduardo Cunha](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Segunda Turma mantém condenação de empresa por venda privilegiada de ingressos e taxa de conveniência](#)
- [Prazo para recorrer de decisão proferida após expedição da citação é contado da juntada do mandado](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ propõe inclusão de notários e registradores entre os informantes do Coaf](#)
- [Magistratura está entre as carreiras com maior nível de estresse](#)
- [Desembargador do TJSC deve prestar informações sobre conduta em vídeo](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Suspensão de Prazos

Importante fonte de consulta sobre as datas em que os prazos processuais foram suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. Contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Visualize e localize os atos (publicados) referentes ao mês de março de 2019.

- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 75, DE 27/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 74, DE 26/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 73, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 72, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 71, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 70, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 69, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 68, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 67, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 66, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 65, DE 21/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 62, DE 11/03/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 61, DE 28/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 60, DE 25/02/2019](#)

- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 59, DE 25/02/2019](#)

Navegue na página [Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#).

Cumpra ressaltar, todo conteúdo disponível na página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ.

Encaminhe sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.ius.br

JULGADOS INDICADOS*

- [0067862-56.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Marco Aurélio Bezerra de Melo](#) - j. 19/03/2019 e p. 29/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Defesa do DJ Rennan da Penha não recorreu contra mandado de prisão](#)
- [Nota pública de repúdio - Competência Eleitoral](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Mantida prisão de acusado de matar duas pessoas em atropelamento ocorrido em rodovia de SP](#)
- [OAB questiona em mandado de segurança decisão que a submete ao controle e à fiscalização do TCU](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Mãe não tem legitimidade para seguir na execução de alimentos vencidos após morte do filho](#)
- [Suspensa decisão que impedia prefeitura paulistana de demolir construções no complexo Anhembi](#)
- [Segunda Seção decide que lei de 2018 não será aplicada na solução de repetitivos sobre atraso na entrega de imóvel](#)
- [Lei 8.112 vale para servidores que não tinham estabilidade na época da promulgação da CF](#)
- [Habeas corpus assegura permanência provisória de bebê com família que fez adoção irregular](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ mantém decisão de aposentadoria compulsória a juiz do Espírito Santo](#)
- [Sistema Renajud de consulta a dados de veículos será atualizado](#)
- [Projetos da Justiça visam prevenir violência que passa de pais para filhos](#)
- [Rede Nacional de Cooperação Judiciária retoma os trabalhos](#)
- [Resolução estabelece prazo para licença adotante no Poder Judiciário](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas (IRDR)

O Portal do Conhecimento disponibiliza informações de Repercussão Geral, dos casos Repetitivos, dos Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, da Assunção de Competência organizadas pelo Núcleo de Gerenciamento de Precedentes.

Consulte a página no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento > Precedentes.](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0038869-60.2015.8.19.0209](#) - Rel. Des. Plínio Pinto Coelho Filho - J. 27/03/2019 e p. 28/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Resultado da eleição do Vasco é mantido e Alexandre Campello seguirá como presidente](#)
- [TJRJ faz parceria com empresas para contratação de jovens de Varas da Infância e Juventude](#)
- [Vara da Infância mapeia perfil do adolescente que comete infração no Rio](#)

NOTÍCIAS STF*

- [2ª Turma restabelece sentença que rejeitou submissão de acusados ao Tribunal do Júri](#)
- [1ª Turma: Suspenso julgamento sobre aplicação da Lei da Ficha Limpa](#)
- [2ª Turma reconhece competência do STF para julgar litígio entre União e Estado de SP sobre distribuição de gás](#)
- [Negados HCs de acusados de integrarem organização criminosa especializada em roubo de cargas](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Corpo de brasileiro permanecerá congelado nos Estados Unidos, decide Terceira Turma](#)
- [Afastada responsabilidade da Blue Tree por atraso em obra de complexo hoteleiro que leva seu nome em SP](#)
- [Mantido novo júri para acusado de ordenar assassinato de juiz de Mato Grosso](#)
- [Terceira Turma fixa parâmetros para analisar ponderação de princípios no novo CPC](#)
- [Isenção de Imposto de Importação em remessas postais para pessoa física pode ser fixada abaixo de US\\$ 100](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Tempo de contribuição de juiz convocado deve ser considerado para aposentadoria](#)
- [PNUD e CNJ trabalham na melhoria dos dados do Sistema de Estatística do Judiciário](#)
- [Especialistas abordam questões críticas e práticas da colaboração premiada](#)
- [CNJ retoma encontro TIControl com foco na desburocratização de contratos](#)
- [Corregedor edita orientação sobre peticionamento em processos da Corregedoria](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Acórdãos Selecionados por Desembargador

A página veicula os julgados de conteúdo relevante e de interesse para os operadores do Direito e para a sociedade em geral. A atualização é realizada gradativamente, motivo pelo qual não constam todos os Desembargadores do TJERJ.

Para construção da referida página, necessitamos de acórdão e decisão monocrática selecionados pelos Excelentíssimos Desembargadores. Para tanto, é necessário que seja encaminhado apenas o número do recurso para o e-mail: seesc@tjrj.jus.br.

Desde já, agradecemos a valiosa contribuição de Vossas Excelências por incrementarem o compartilhamento e a disseminação da informação com a comunidade jurídica.

Atualizamos a página do Desembargador [Luiz Henrique Oliveira Marques](#), com o seguinte julgado:

0279389-86.2016.8.19.0001(2018.001.16007)

Ementa:

“Apelação cível. Ação de cobrança. Contrato de prestação de serviços, Materiais e equipamentos destinados à construção e montagem de estação de compressão (ECOMP), localizado em Capão Bonito - SP. Descumprimento. Sentença de parcial procedência. Apelação das partes. Preliminar de prescrição que deve ser afastada. Atraso na conclusão da obra. Discussão acerca da incidência dos encargos moratórios sobre o valor remanescente do débito.

Cabimento. Correção monetária que tem como escopo a reposição do valor da moeda. Juros moratórios devidos e contados, no entanto, desde a data da citação, eis que inexistente, no negócio jurídico pactuado, estipulação de termo para pagamento da prestação, tampouco interpelação judicial ou extrajudicial pelo devedor, em contrariedade ao comando do artigo 397, parágrafo único, do Código Civil de 2002. Constituição da mora do devedor prevista no art. 405 do Código Civil de 2002 c/c art. 240 do NCPC/15. Reforma parcial da sentença que se impõe. Precedentes jurisprudenciais. Apelo da autora a que se dá parcial provimento. Desprovimento do recurso da ré.”

JULGADOS INDICADOS*

- [0269234-92.2014.8.19.0001](#) - Rel. Des. [Marcos Alcino de Azevedo Torres](#) - j. 20/03/2019 e p. 27/03/2019

EMENTÁRIO*

[Ementário de Jurisprudência Criminal nº 04](#)

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8319, de 25/03/2019](#) - Faculta a substituição de placas ou cartazes por display para exibir os ordenamentos jurídicos do Estado do Rio de Janeiro na forma que menciona e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8318, de 25/03/2019](#) - Proíbe a prática de frisagem em pneus.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Autoridades reafirmam a importância de ações contra a corrupção](#)

NOTÍCIAS STF*

- [É “mentira deslavada” que STF quer acabar com operações contra corrupção, diz ministro Dias Toffoli](#)
- [Ministro afasta restrição que impedia Tocantins de ter acesso ao Certificado de Regularidade Previdenciária](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Astreintes têm natureza patrimonial e podem ser transmitidas aos herdeiros, decide Primeira Turma](#)
- [Direção sob embriaguez implica presunção relativa de culpa e pode gerar responsabilidade civil por acidente](#)

- [Terceira Seção afeta repetitivos e fixa tese sobre unificação de penas na mesma sessão virtual](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Justiça Presente: parceria com UNODC fortalecerá audiências de custódia](#)
- [Autoridades defendem atualização legislativa para combater corrupção](#)
- [Selo Justiça em Números recebe 420 sugestões para aprimoramento](#)
- [Corregedor determina apuração da participação de magistrados em ato público](#)
- [Escritório Digital: total de usuários cresceu 30% em 2018](#)
- [Institucionalização amadurece o Estado para o combate à corrupção, diz Toffoli](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Inconstitucionalidades Indicadas

Atualizamos a Página de [Inconstitucionalidades Indicadas](#) no Portal do Conhecimento para divulgar os processos abaixo relacionados (art. 103, caput e parágrafo 1º e 109 do REGITJRJ e art. 28, parágrafo único da Lei nº 9.868/1999).

- [0064401-81.2015.8.19.0000](#)

Relator: Des. Mauro Dickstein.

Legislação: Lei Municipal nº 193, de 16 de maio de 1997, Arts. 149, 150, 151 E 152. Alterados pela Lei nº 500/08 e pela Lei nº 503/08.

Assunto: Incorporação pelo servidor, de vantagens financeiras resultantes do exercício de cargo comissionado e função gratificada.

Ofício nº 126/2019-SETOE-SECIV

- [0075606-95.2012.8.19.0038](#)

Relatora: Des. Maria Inês da Penha Gaspar.

Legislação: Art. 2º das Leis Municipais nos 4.035/10, 4.036/10, 4.049/10, 4.052/10, 4.083/11 e 4.100/11 do Município de Nova Iguaçu.

Assunto: Inscrição ex officio de empregados contratados temporariamente pelo Município de Nova Iguaçu, com dispensa do pagamento da taxa de inscrição em concurso público.

Ofício nº 123/2019-SETOE-SECIV

- [0054084-53.2017.8.19.0000](#)

Relator designado: Des. Antônio Carlos Nascimento Amado.

Relator vencido: Des. Jessé Torres.

Legislação: Lei n. 4553, de 11 de julho de 2017, do Município de Nova Friburgo.

Assunto: Condições de acessibilidade na entrada/saída dos estabelecimentos comerciais ou de serviço privado.

Ofício nº 113/2019-SETOE-SECIV

- [0032597-47.2005.8.19.0000](#)

Relatora: Des. Leila Mariano

Assunto: Seleção dos juízes leigos dos Juizados Especiais do Estado do Rio de Janeiro, dispensando a exigência de cinco anos de experiência jurídica prevista na Lei Estadual 9.099/95, além de limitar o exercício da função aos alunos matriculados na EMERJ, prescindindo da obrigatoriedade do concurso público.

Legislação: Lei Estadual nº 4.578, de 12 de julho de 2005 Artigos 1º, caput, 3º e 4º.

Recurso Extraordinário 600.243 Rio de Janeiro - Relator: Min. Roberto Barroso.

Ag. Reg. No Recurso Extraordinário 600.243 Rio de Janeiro - Relator: Min. Roberto Barroso.

Ofício nº 105/2019-SETOE-SECIV

JULGADOS INDICADOS*

- [0030067-50.2017.8.19.0000](#) - Rel. Des. Gilberto Campista Guarino - j. 13/03/2019 e p. 15/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

- [TJRJ promove I Fórum dos Juízes da Infância e Juventude do Estado do Rio \(FOEJI-RJ\)](#)
- [Mutirão da Justiça do Rio agiliza processos de violência doméstica](#)
- [Violência Doméstica é debatida em encontro entre juízes](#)
- [Projeto Violeta chega a Petrópolis](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro rejeita exame de pedido de revogação de prisão de Moreira Franco](#)
- [Mantido afastamento de promotor de GO acusado de corrupção passiva](#)
- [Incidência de juros de mora entre expedição de precatório e efetivo pagamento é tema de repercussão geral](#)
- [Mantida prisão preventiva de empresários acusados de integrar esquema de corrupção no governo do RJ](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [É válida intimação da ECT feita na pessoa do advogado cadastrado no sistema PJe, confirma Terceira Turma](#)
- [Recordações do cárcere: a remição como um caminho para a ressocialização e a liberdade](#)
- [Negado pedido de liberdade a jovem acusada de envolvimento na morte do jogador Daniel Corrêa](#)
- [Emergência médica com final feliz: o socorro da jurisprudência nos momentos mais difíceis](#)
- [Previsão de desconto de pontualidade não impede incidência de multa por atraso de aluguel](#)
- [Emergência médica com final feliz: o socorro da jurisprudência nos momentos mais difíceis](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Aprovado projeto que cria a Vara da Saúde Pública](#)
- [CNJ Serviço: quais são os trâmites legais após o falecimento de uma pessoa](#)
- [Processo Judicial Eletrônico vai integrar notas técnicas do e-NatJus](#)
- [Corregedor pede apuração de representação contra magistrada](#)
- [Participação de magistrados em ato público é investigado pela Corregedoria](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores

A página de [Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores](#) organiza por assunto a Súmula do TJERJ, do STF e do STJ.

Acesse a página no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) / Súmulas / Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores.

JULGADOS INDICADOS*

- [0001762-98.2014.8.19.0020](#) - Rel^a. Des^a. [Jacqueline Lima Montenegro](#) - j. 19/03/2019 e p. 21/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8317, de 21/03/2019](#) - Dispõe sobre a obrigatoriedade dos shopping centers e centros comerciais de liberar o uso gratuito do estacionamento aos usuários dos postos poupatempo.

- [Lei Estadual nº 8316, de 21/03/2019](#) - Determina procedimento para os Entes Públicos Estaduais, bem como para as Concessionárias de Serviço Público quando da realização de obras e serviços no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Destino de bebê de vítima de violência doméstica ainda não está definido, afirma juíza de Barra Mansa](#)
- [TBG terá de pagar juros de mora a empresa por aditivos de contrato de estação de compressão](#)
- [Justiça condena ex-prefeito de Itaiva por improbidade administrativa](#)
- [TJRJ e Governo do Estado vão trabalhar juntos pela segurança hídrica e das barragens do Rio](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro determina que MP-GO inclua relatórios do Coaf em inquérito contra João de Deus](#)
- [Normas de SC que estabeleciam obrigações para seguradoras de veículos são inconstitucionais](#)
- [Depoimento de Lula no Paraná deverá ser realizado após acesso da defesa a documentos da investigação](#)
- [Ministro determina que sejam excluídas de pena condenações extintas há mais de cinco anos](#)
- [Ministro Luiz Fux rejeita trâmite de ações por falta de legitimidade de associação](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Presidente do STJ suspende decisão que permitia reintegração de aviões da Avianca aos credores](#)
- [Ministro do STJ determina internação de João de Deus em hospital de Goiânia](#)

- [Furto de energia elétrica: pagamento antes da denúncia não justifica extinção da punibilidade](#)
- [Quinta Turma reduz pena de Elize Matsunaga por reconhecimento de confissão](#)
- [Código Florestal prevalece em relação à Lei de Parcelamento do Solo Urbano, decide Segunda Turma](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Boa prática muda ambiente de unidade prisional pela conciliação](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Acórdãos Selecionados por Desembargador

A página veicula os julgados de conteúdo relevante e de interesse para os operadores do Direito e para a sociedade em geral. A atualização é realizada gradativamente, motivo pelo qual não constam todos os Desembargadores do TJERJ.

Para construção da referida página, necessitamos de acórdão e decisão monocrática selecionados pelos Excelentíssimos Desembargadores. Para tanto, é necessário que seja encaminhado apenas o número do recurso para o e-mail: seesc@tjrj.jus.br.

Desde já, agradecemos a valiosa contribuição de Vossas Excelências por incrementarem o compartilhamento e a disseminação da informação com a comunidade jurídica.

Atualizamos a página do [Desembargador Gilberto Campista Guarino](#) com os seguintes julgados.

- [0006376-44.2014.8.19.0054\(2018.001.16296\) - “Apelação cível. Direito civil. Consumidor. Contrato de prestação de serviços de treinamento em computação gráfica. Responsabilidade civil \(...\)”](#)
- [0145247-39.2002.8.19.0001\(2014.001.12901\) - “Apelação cível. Direito civil. Contrato de empreitada. Obra de restauração de fachada de prédio comercial urbano. Contrato de seguro predial. Responsabilidade civil por morte \(...\)”](#)

- [0023195-17.2016.8.19.0206\(2018.001.10140\)](#) - “Apelação cível. Direito civil e processual civil. Seguradora. Direito de regresso. Acidente de trânsito envolvendo veículos automotores particulares. Colisão traseira (...)”

JULGADOS INDICADOS*

- [0279389-86.2016.8.19.0001](#) - Rel. Des. Luiz Henrique Oliveira Marques - j. 20/03/2019 e p. 22/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Decreto Federal nº 9.734, de 20/03/2019](#) - Promulga o texto da Convenção Relativa à Citação, Intimação e Notificação no Estrangeiro de Documentos Judiciais e Extrajudiciais em Matéria Civil e Comercial, firmado na Haia, em 15/11/1965.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça determina internação de menor que tentou esfaquear alunos na Zona Norte em hospital psiquiátrico](#)
- [Vereador que atacou Chico, Caetano e Gil terá de se retratar nas redes sociais](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro determina retorno ao cargo de prefeito afastado de Nova Olinda \(CE\)](#)
- [Ministro Alexandre de Moraes designa equipe de delegados em inquérito para apurar ameaças e fake news](#)
- [Advogados pedem que acusados de tráfico tenham direito a interrogatório ao fim da instrução criminal](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Data da sentença define aplicação de regras referentes ao arbitramento de honorários](#)
- [Informática e telefonia terão interrupções neste sábado \(23\)](#)
- [Mutirão carcerário não ofende princípio do juiz natural, decide Quinta Turma](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Innovare tem nova rodada de boas práticas da Justiça](#)
- [Justiça Presente: CNJ abre série de missões aos estados](#)
- [CNJ recebe artigos para revista eletrônica](#)
- [Inscrições para seminário da transparência encerram hoje](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Súmulas por Assuntos do CNJ

O Portal do Conhecimento disponibiliza uma correlação dos Verbetes Sumulares do TJERJ com a Tabela Unificada do CNJ. A consulta pode ser realizada por meio de 2 (dois) índices: o analítico ou o remissivo.

Para consultar a íntegra da tabela, acesse o link no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > Súmulas > [Súmulas por Assuntos do CNJ](#).

[Clique aqui](#) para acessar as Súmulas por Assuntos do CNJ.

JULGADOS INDICADOS*

- [0000341-60.2019.8.19.0000](#) - Rel. Des. Adolpho Correa de Andrade Mello Junior - j. 19/03/2019 e p. 21/03/2019

EMENTÁRIO*

[Ementário de Jurisprudência Cível nº 06](#)
[Ementário das Turmas Recursais nº 02](#)

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

[Boletim SEDIF nº 48](#)

Divulgado em 20/03/2019

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8315, de 19/03/2019](#) - Institui Pisos Salariais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro para as categorias profissionais que menciona e estabelece outras providências.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Parceria entre TJRJ e Secretaria de Educação leva campanhas contra a violência às escolas](#)
- [Estado terá de garantir educação a jovens internados no Degase](#)

NOTÍCIAS STF*

- [1ª Turma nega MS contra ato do CNJ que invalidou titularidades de cartórios judiciais no Paraná](#)
- [2ª Turma nega pagamento de verba de substituição a juiz do Trabalho afastado para tratamento de saúde](#)
- [Restabelecida prisão preventiva de acusado de ser mandante do homicídio de professora em Xambioá \(TO\)](#)
- [2ª Turma determina remessa de inquérito contra o ex-senador Lindbergh Farias à Justiça Eleitoral do RJ](#)
- [2ª Turma: administração pública pode realizar contratação direta de serviços de logística dos Correios](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Sexta Turma confirma liminar e mantém revogação da prisão preventiva do ex-governador André Puccinelli](#)
- [Quarta Turma condena homem a indenizar ex-companheira por transmissão do vírus HIV](#)
- [Beach clubs terão de pagar R\\$ 20 mil por temporada pelos danos ambientais causados em Jurerê Internacional](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Análise preliminar identifica possível integração de 14 cadastros nacionais](#)
- [PJe: Adiado prazo de inscrições para concurso](#)
- [CNJ integra delegação brasileira na XX Cumbre Judicial em Lisboa](#)
- [Decisões judiciais também devem considerar impacto financeiro](#)

Sentenças Selecionadas

O acervo de [sentenças selecionadas](#) tem como objetivo difundir o pensamento jurídico e oferecer subsídios que auxiliem os consultantes em suas atividades profissionais. As sentenças são classificadas e organizadas com base na tabela do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A consulta realizada por Termo de Pesquisa permite a busca por assunto a partir de vocábulos contidos na sentença. Assim, para que o resultado se aproxime do assunto de interesse do pesquisador, recursos com o uso de aspas e a seleção do Ramo do Direito filtram e melhoram o resultado da busca.



A pesquisa com o Termo “falsidade ideológica” apresenta diversas sentenças que abordam a expressão na classificação ou no conteúdo da decisão. Destacamos a sentença abaixo, apresentada no ramo do Direito Penal:

Processo: 0094807-24.2011.8.19.0001

“(...)Trata-se de ação penal em que se imputa aos réus XXX e XXX a prática do delito previsto no art. 304 do Código Penal, uma vez que apresentaram documentos falsos no Consulado dos Estados Unidos da América situado na Av. Presidente Wilson, nº 147, Centro/RJ com a finalidade de obterem visto de ingresso no referido país. Finda a instrução os fatos narrados na denúncia restaram amplamente comprovados. A

materialidade do delito foi demonstrada através dos documentos de fls. 06/07 e 68/69 enviados pelo Consulado dos Estados Unidos da América, os quais informam que durante o processo de solicitação de visto, os réus apresentaram documentos irregulares. Além desses documentos, destaca-se a informação da Delegacia de Defraudações de fls. 33/35 instruída com os documentos de fls. 36/52, na qual ficou demonstrado que através de confronto das informações contidas nos documentos falsificados com órgãos públicos, concluiu-se que realmente os dados contidos eram forjados. A autoria é incontestável pelos documentos juntados aos autos, bem como pela prova oral colhida. Segundo relatórios circunstanciados elaborados pelo Consulado americano para a polícia civil e acostados às fls. 68/69, a ré XXX lá compareceu a fim de solicitar um visto de turista B1/B2, alegando que iria viajar para a cidade de Crystal Lake, Illinois nos Estados Unidos para participar de um evento sobre crianças e apesar da insistência do Cônsul para que a mesma explicasse melhor sobre o referido evento, a mesma não o fez. Consta, ainda, do relatório que foi perguntado à ré sobre a recusa de seu visto anterior em Brasília, onde teria utilizado os mesmos documentos falsos, a mesma respondeu que só teve o visto recusado devido à falta de apresentação da declaração de imposto de renda. Após encaminhar os documentos da ré para a Unidade de Prevenção a Fraude, constatou-se que os documentos eram idênticos aos anteriores, sendo que somente as datas teriam sido alteradas. Com relação ao réu XXX, consta no relatório que o mesmo compareceu ao Consulado a fim de obter um visto para seu bisneto XXX alegando que levaria o mesmo a uma viagem à Disney, sendo questionado acerca da ausência dos pais do menor. O Cônsul solicitou comprovantes dos empregos dos pais do menor XXXI, rendas e bens da família, tendo o réu entregue um conjunto de contracheques, recibos bancários e declarações de imposto de renda. Após a confirmação de que os documentos apresentados pelos réus eram falsos, foi entregue a carta de recusa do visto, sendo ambos apreendidos pela Polícia Civil quando saíam do Consulado. Pela análise destes relatórios encaminhados pelo consulado americano verifica-se que os réus tinham ciência da falsidade dos documentos. A testemunha XXX afirmou que trabalha na sessão consular e no setor de unidade de prevenção à fraude do consulado americano, tendo confirmado que os réus realmente compareceram ao consulado. Esclareceu que existindo dúvida acerca da documentação, a mesma é passada para a unidade de fraudes, sendo que no caso dos autos foi constatada a falsidade dos documentos apresentados pelos réus. Informou que com XXX havia declaração de imposto de renda, extratos de banco, entre outros documentos, mas que se recorda mais de XXX. Aduziu que quem chamou a polícia foi um funcionário do consulado, não podendo esclarecer com detalhes, em razão da proibição que seu cargo impõe. Esclareceu que não tem acesso aos solicitantes, uma vez que é o Cônsul quem faz as entrevistas e aprova ou não os vistos, sendo que normalmente se atesta a falsidade de documentos através de informações obtidas pelo consulado com outros órgãos. Afirmou que no caso da ré XXX, sabia-se da recusa do visto no consulado americano em Brasília, uma vez que é formado um histórico da pessoa que solicita visto, ao qual todos os consulados têm acesso. Com relação a XXX disse que não sabe dizer especificamente o que levou o Cônsul a

desconfiar da autenticidade dos documentos apresentados pelo mesmo e que no dia dos fatos recebeu documentos de várias pessoas, sendo que normalmente a declaração do imposto de renda é o documento mais falsificado. Não soube dizer se os documentos foram encaminhados para elaboração de laudo pela polícia civil, sendo que o consulado americano não tem esse poder. Aduziu que não teve contato com os réus após a constatação da falsidade dos documentos, uma vez que tem que ser o Cônsul a pessoa que fala com o solicitante se vai ou não conceder o visto. Foi ouvido, ainda, o policial civil XXX, o qual informou que foi acionado para ir ao consulado e do lado de fora abordou um homem e uma mulher, os quais portavam documentação inidônea. Esclareceu que atestou a falsidade dos documentos através de pesquisas com internet e ferramentas públicas, se recordando, ainda que estavam com contracheques, extratos, em tese emitidos por terminais da PM, e declarações de IR Aduziu que com relação a declaração do imposto de renda realiza consulta na Receita Federal, além de confronto de informações através do portal da Infoseg, uma vez que geralmente os bens declarados não procedem com a verdade. Informou, ainda, que ambos disseram ter comprado os documentos com uma pessoa de nome XXX e, a partir daí montaram uma investigação, possuindo 14 flagrantes, acreditando que XXX já foi denunciada. O que foi dito por esse policial está em consonância com a peça de informação de fls. 33/35 elaborada pela Polícia Civil, a qual demonstra que após a confrontação das informações nos documentos apresentados pelos réus, diversas irregularidades foram encontradas, evidenciando que os documentos foram forjados para a obtenção do visto. Por ocasião do interrogatório da ré XXX, colhido por meio de carta precatória na Comarca de Betim em Minas Gerais, a mesma confirmou que os dados alterados nos documentos por ela apresentados ao consulado dos Estados Unidos na cidade do Rio de Janeiro foram efetuados por uma despachante de nome XXX e residente no Estado do Espírito Santo. (fls. 252/253) O réu XXX não foi encontrado para ser ouvido. A defesa do réu XXX alega atipicidade da conduta em razão do erro de tipo, tese que não merece acolhimento. Nestes autos ficou mais do que comprovado que os réus fizeram uso dos documentos, sabendo que eram falsificados, a fim de obter visto de viagem aos Estados Unidos da América, ambos incidindo no tipo penal do art. 304 do CP. Diante do exposto, JULGO PROCEDENTE a pretensão punitiva estatal para condenar XXX e XXX, como incurso nas penas do art. 304 do Código Penal. Atenta aos comandos dos arts. 59 e 68 do Código Penal passo a dosar a pena, a qual será a mesma para ambos, eis que se encontram em idêntica situação jurídica. Primeira Fase: A culpabilidade dos agentes não excede aos limites normais do tipo. Os motivos, circunstâncias e consequências do crime não estão suficientemente revelados nos autos para elevar a pena base acima do mínimo legal. Os denunciados são primários. Fixo a pena base, no mínimo legal em 2(dois) anos de reclusão e multa de 10 (dez) dias-multa, à razão unitária mínima. Segunda Fase: Não há circunstâncias agravantes ou atenuantes. Terceira Fase: Ausentes causas de aumento e diminuição de pena, torno a pena definitiva em 2 (dois) anos de reclusão e multa de 10 (dez) dias, à razão unitária mínima. O regime para cumprimento desta pena, em harmonia com o art.33, §2º, "c" do Código Penal, será o inicialmente aberto. Os condenados preenchem os requisitos do

art. 44 do Código penal, por essa razão, promovo a substituição da pena privativa de liberdade aplicada por duas medidas restritivas de direitos, a saber, prestação de serviços à comunidade, por 06 (seis) horas semanais, durante o mesmo período da condenação, em instituição a ser indicada pela Vara de Execuções Penais e uma pena de prestação pecuniária, no valor de R\$ 1.000,00 (mil reais) que deve ser revertida em favor de instituição também indicada pela Vara de Execuções Penais. Condeno os réus nas custas do processo na forma do art. 804 do CPP. Publique-se. Registre-se. Intime-se. Com o trânsito em julgado procedam-se as comunicações de praxe. Anote-se o nome dos réus no rol dos culpados. Expeça-se CES. Após, em nada mais havendo, dê-se baixa e arquivem-se.”

JULGADOS INDICADOS*

- [0221735-54.2010.8.19.0001](#) - Rel. Des. Gilberto Campista Guarino - j. 13/03/2019 e p. 20/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Federal nº 13.812, de 16/03/2019](#) - Institui a Política Nacional de Busca de Pessoas Desaparecidas, cria o Cadastro Nacional de Pessoas Desaparecidas e altera a Lei nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente).
- [Decreto Federal nº 9.731, de 16/03/2019](#) - Dispensa visto de visita para os nacionais da Comunidade da Austrália, do Canadá, dos Estados Unidos da América e do Japão e altera o Decreto nº 9.199, de 20/11/2017, que regulamenta a Lei nº 13.445, de 24/05/2017, que institui a Lei de Migração.
- [Lei Estadual nº 8312, de 14/03/2019](#) - Autoriza o Poder Executivo a criar um aplicativo específico para marcação de consultas na rede de saúde do Estado do Rio de Janeiro.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Seminário vai debater transparência e combate à corrupção](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Adotado rito abreviado para ADI contra medida provisória de combate a fraudes no INSS](#)
- [Questionada lei do RJ sobre interrupção de serviços de telecomunicações](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Mandado de segurança contra decisão definitiva pode ser analisado se impetração for anterior ao trânsito](#)
- [Ação de paternidade que discute apenas vínculo biológico não admite extensão do pedido para analisar relação socioafetiva](#)
- [Prazo decadencial para revisão de benefício originário não é renovado na concessão de pensão por morte](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [III Jornada de Direito da Saúde aprova 35 novos enunciados](#)
- [Centros solução de conflitos são considerados atividade fim do Judiciário](#)
- [Observatório finaliza curso de capacitação em negociação em causas complexas](#)
- [Demandas judiciais relativas à saúde crescem 130% em dez anos](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Súmula da Jurisprudência Predominante

O Portal do Conhecimento disponibiliza os verbetes sumulares do TJERJ, organizados por [ordem Cronológica](#) e por [ramo do direito](#).

Consulte a página no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Jurisprudência > Súmulas > Súmulas do TJRJ.

JULGADOS INDICADOS*

- [0071015-97.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Gilberto Campista Guarino](#) - j. 13/03/2019 e p. 15/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8311, de 14/03/2019](#) - Dispõe sobre o fornecimento de pulseiras de identificação para doentes crônicos (Alzheimer, Parkinson, Epilepsia e outros), autistas, idosos e qualquer pessoa em situação de vulnerabilidade.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Lei sobre sistema de crédito em estacionamento de shopping continua suspensa](#)

- [Tribunal de Justiça garante pagamento de todos os terceirizados e rescinde contratos com a Laquix](#)
- [Acusados de matar Marielle têm bens bloqueados e vão para presídio federal](#)
- [Audiência de conciliação de processo contra concessionárias municipais de ônibus será em abril](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Recurso que discute competência para editar normas sobre a ordem de fases de processo licitatório tem repercussão geral](#)
- [Negada liminar em ação ajuizada pela defesa de Lula para ter acesso integral a acordo de leniência](#)
- [Ministro suspende eficácia de acordo firmado entre procuradores da República do Paraná e Petrobras](#)
- [Base de cálculo para instituição de taxas de fiscalização é tema de repercussão geral](#)
- [Ministro determina alteração de comarca de júri para garantir imparcialidade de jurados](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Quinta Turma determina desentranhamento de provas derivadas obtidas em interceptações telefônicas ilícitas](#)
- [Em execução, Fisco pode acessar dados do Cadastro de Clientes do Sistema Financeiro \(CCS\)](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Integração entre saúde e direito pode contribuir para reduzir judicialização](#)
- [Programa Justiça Presente abre processo para biometria de presos](#)

Acórdãos Selecionados por Desembargador

A página veicula os julgados de conteúdo relevante e de interesse para os operadores do Direito e para a sociedade em geral. A atualização é realizada gradativamente, motivo pelo qual não constam todos os Desembargadores do TJERJ.

Para construção da referida página, necessitamos de acórdão e decisão monocrática selecionados pelos Excelentíssimos Desembargadores. Para tanto, é necessário que seja encaminhado apenas o número do recurso para o e-mail: seesc@tjrj.jus.br.

Desde já, agradecemos a valiosa contribuição de Vossas Excelências por incrementarem o compartilhamento e a disseminação da informação com a comunidade jurídica.

Atualizamos a página do [Desembargador Gilberto Campista Guarino](#) com seguintes julgados.

- [0006376-44.2014.8.19.0054 \(2018.001.16296\)](#) - “[Apelação cível. Direito Civil. Consumidor. Contrato de Prestação de serviços de treinamento em computação gráfica. Responsabilidade civil \(...\)](#)”
- [0137822-19.2006.8.19.0001 \(2018.001.08192\)](#) - “[Apelação cível. Agravo retido. Direito civil. Acidente de trânsito \(colisão entre caminhão de lixo e motocicleta\). Responsabilidade civil por danos material e extrapatrimonial \(...\)](#)”
- [0337295-05.2014.8.19.0001 \(2018.001.16480\)](#) - “[Apelação cível. Direito civil. Promessa de compra e venda. Nulidade de cláusula. Inversão de cláusula penal. Responsabilidade civil \(lucros cessantes e danos morais\). Atraso na entrega do empreendimento imobiliário \(...\)](#)”
- [0030067-50.2017.8.19.0000\(2017.002.35779\)](#) - “[Agravo de instrumento. Astreintes. Transporte público gratuito. "Cartão bilhetagem" \(...\)](#)”
- [0071015-97.2018.8.19.0000\(2018.002.94022\)](#) - “[Agravo de instrumento. Direito civil. Consumidor. Contratos de adesão. Plano de saúde coletivo. Resilição unilateral. Invalidez. Responsabilidade civil. Dano moral \(...\)](#)”
- [0042255-41.2018.8.19.0000\(2018.002.56210\)](#) - “[Agravo de instrumento. Direito civil. Sucessões. Direito processual civil. Ação de procedimento especial. Pedido de expedição de alvará judicial, para levantamento de pequeno saldo em conta bancária, em cúmulo simples com transferência de propriedade de veículo automotor, para venda. Dívida de I.P.V.A.. Interlocutória que converteu o feito em inventário pelo rito de arrolamento sumário, vista a existência do veículo a inventariar. Irresignação \(...\)](#)”
- [0113778-23.2012.8.19.0001\(2018.001.56947\)](#) - “[Apelação cível. Direito civil. Consumidor. CEDAE. Prestação de serviço essencial \(Fornecimento de água\). Responsabilidade civil. Dano moral \(...\)](#)”

JULGADOS INDICADOS*

- [0015651-44.2009.8.19.0037](#) - Rel. Des. Heleno Ribeiro Pereira Nunes - j. 12/03/2019 e p. 14/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Cartas trocadas por Olga Benário e Luiz Carlos Prestes ficarão com a filha de ambos](#)
- [Investigados por matar Marielle responderão por posse ilegal de armas](#)
- [TJRJ promove seminário sobre segurança hídrica e de barragens no estado](#)
- [Tribunal recolhe 10 mil cartões e meia tonelada de pilhas](#)
- [Plano de sustentabilidade do TJRJ promove economia de R\\$ 18,7 milhões](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Plenário do STF reafirma competência da Justiça Eleitoral julgar crimes comuns conexos a delitos eleitorais](#)
- [Presidente do STF abre inquérito para apurar ameaças e fake news que têm a Corte como alvo](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Penhora sobre auxílio-doença não é admitida quando viola dignidade do devedor, decide Quarta Turma](#)
- [Honorários advocatícios equiparados a créditos trabalhistas se submetem a limite fixado por assembleia de credores](#)
- [STJ assegura a mães presas o direito de cuidar dos filhos, mas mantém ressalva em casos excepcionais](#)
- [Idoso com direito a vaga gratuita em ônibus interestadual não precisa pagar taxas de pedágio e embarque](#)
- [Relator concede liberdade a funcionários investigados no caso de Brumadinho](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Vence nesta sexta prazo para envio de dados sobre obras paradas](#)
- [Combate à violência contra a mulher é destaque no Link CNJ](#)
- [Observatório cria marcador específico para acompanhar casos de grande repercussão](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Sentenças Seleccionadas

O acervo de sentenças seleccionadas tem como objetivo difundir o pensamento jurídico e oferecer subsídios que auxiliem os consulentes em suas atividades profissionais. As sentenças são classificadas e organizadas com base na tabela do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A consulta realizada por Termo de Pesquisa permite a busca por assunto a partir de vocábulos contidos na sentença. Assim, para que o resultado se aproxime do assunto de interesse do pesquisador, recursos com o uso de aspas e a seleção do Ramo do Direito filtram e melhoram o resultado da busca.



A pesquisa com as expressões “**fraude**” e “**fortuito interno**” apresenta diversas sentenças que abordam os termos na classificação ou no conteúdo da decisão. Destacamos a sentença abaixo, apresentada no ramo do **Direito do Consumidor**:

Processo: [0052563-80.2016.8.19.0203](#)

Assunto: Fraude praticada por estelionatários, funcionários da empresa, com emissão de boleto para pagamento. Fortuito interno. Incorporação de inovações tecnológicas com a finalidade de diminuir seus custos e, via de consequência, aumentarem sua lucratividade. Os riscos decorrentes de tal opção não podem onerar o consumidor.

Súmula 479 do STJ: "As instituições financeiras respondem objetivamente pelos danos gerados por fortuito interno relativo a fraudes e delitos praticados por terceiros no âmbito de operações bancárias."

JULGADOS INDICADOS*

- [0042255-41.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Gilberto Campista Guarino](#) - j. 13/03/2019 e p. 15/03/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Boletim SEDIF nº 44

Divulgado em 14/03/2019

LEGISLAÇÃO*

- [Medida Provisória nº 876, de 13/03/2019](#) - Altera a Lei nº 8.934, de 18/11/1994, que dispõe sobre o Registro Público de Empresas Mercantis e Atividades Afins.
- [Decreto Federal nº 9.725, de 12/03/2019](#) - Extingue cargos em comissão e funções de confiança e limita a ocupação, a concessão ou a utilização de gratificações.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Lei Maria da Penha é debatida em júri simulado](#)
- [Violência contra a mulher: TJRJ registrou 88 casos de feminicídio em 2018](#)
- [Nupemec realiza agenda de mediação com clientes do Banco Santander](#)
- [Desembargador determina bloqueio de bens do prefeito de Belford Roxo](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Plenário inicia julgamento sobre competência de crimes comuns conexos a crimes eleitorais](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Ministro determina transferência de travesti para ala feminina de presídio](#)

- [Crimes sexuais pela internet: a violência contra a mulher entre o real e o virtual](#)
- [Ação de execução de título extrajudicial pode incluir parcelas a vencer no curso do processo](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Pareceres científicos ajudam magistrados frente à judicialização da saúde](#)
- [Observatório promove curso de capacitação em Negociação em Causas Complexas](#)
- [Consulta pública sobre Selo Justiça em Números termina nesta quinta-feira](#)
- [Competência delegada é discutida em comissão do CNJ](#)
- [Concluído treinamento para a implantação do PJe na Justiça Criminal](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Legislação Ambiental Municipal

A página de Legislação Ambiental Municipal organiza e relaciona a legislação ambiental por prefeituras, com links para os respectivos sites, facilitando a pesquisa à íntegra da norma.

Acesse a página no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Legislação > [Legislação Ambiental Municipal > Prefeituras](#).



JULGADOS INDICADOS*

- [0030341-24.2013.8.19.0042](#) - Rel. Desig. Des. Luciano Saboia Rinaldi de Carvalho - j. 08/08/2018 e p. 14/03/2019

EMENTÁRIO*

[Ementário de Jurisprudência Civil nº 05](#)

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

Boletim SEDIF nº 43

Divulgado em 13/03/2019

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Federal nº 13.811 de 12/03/2019](#) - Confere nova redação ao art. 1.520 da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil), para suprimir as exceções legais permissivas do casamento infantil.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça declara inconstitucionais leis sobre adicional de desempenho para servidores de São Gonçalo](#)
- [TJRJ revoga preventivas de prefeito de Niterói e de quatro presos na Operação Alameda](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Liminar suspende obrigatoriedade de legista mulher em perícia de menores de idade vítimas de estupro no RJ](#)
- [Mantida aposentadoria compulsória de desembargadoras por negligência em caso que envolveu golpe contra o Banco do Brasil](#)
- [1ª Turma do STF determina bloqueio de bens de Aécio Neves e de sua irmã](#)
- [2ª Turma nega recurso de defesa ex-deputado que pretendia participar de depoimento de testemunhas em inquérito](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Terceira Turma considera ilegal cobrança de taxa de conveniência na venda de ingressos on-line](#)
- [Atualização monetária de pensão entre ex-cônjuges exige previsão expressa no acordo](#)
- [Julgamentos na área penal trazem efetividade às leis contra violência de gênero](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Semana Justiça pela Paz em Casa: Rio pauta 1202 audiências no estado](#)
- [Cartilha internacional sobre violência de gênero é traduzida para o português](#)
- [Defensores públicos e CNJ unem esforços para conter superlotação prisional](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Coletânea dos Atos Oficiais do PJERJ

Página do [Portal do Conhecimento](#) que disponibiliza uma compilação de normas selecionadas por temas de interesse precípua das serventias da Corregedoria Geral da

Justiça, organizada a partir de pesquisa desenvolvida pelo MM. Dr. Juiz de Direito FABIO PORTO do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Seguem os principais títulos da referida Coletânea:

[Estrutura e Funcionamento](#)

[Fiscalização e Disciplina](#)

[Serventias Judiciais](#)

[Serventias Extrajudiciais](#)

[Matéria de Pessoal](#)

[Pareceres e Decisões Administrativas](#)

[Grupo Emergencial de Auxílio Programado - GEAP](#)

[Grupo Regional Especial de Apoio Cartório - GREAC](#)

A Coletânea dos Atos Oficiais, atualizada em 11/03/2019, pode ser acessada no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Legislação > [Coletânea dos Atos Oficiais](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0183347-72.2016.8.19.0001](#) - Rel. Des. [Horácio dos Santos Ribeiro Neto](#) - j. 27/11/2018 e p. 13/03/2019

EMENTÁRIO*

[Ementário de Jurisprudência Civil nº 05](#)

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Decreto Federal nº 9.723, de 11/03/2019](#) - Altera o Decreto nº 9.094, de 17/07/2017, o Decreto nº 8.936, de 19/12/2016, e o Decreto nº 9.492, de 05/09/2018, para instituir o Cadastro de Pessoas Físicas - CPF como instrumento suficiente e substitutivo da apresentação de outros documentos do cidadão no exercício de obrigações e direitos ou na obtenção de benefícios e regulamentar dispositivos da Lei nº 13.460, de 26/06/2017.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Caxias lidera o ranking de violência doméstica no início do ano](#)
- [Desembargador Carlos Santos de Oliveira é o novo presidente do TRE-RJ](#)
- [Liminar libera uso parcial do Centro de Treinamento do Flamengo](#)
- [Ônibus Violeta leva ao Centro e à Barra informações sobre a violência doméstica](#)
- [TJRJ prevê realização de mais de 1.200 audiências de processos de violência doméstica](#)

NOTÍCIAS STF*

- [1ª Turma suspende trâmite de processos sobre extensão de adicional de 25% a aposentados](#)
- [Inviável habeas de acusado de integrar grupo especializado em roubo de máquinas agrícolas em Goiás](#)
- [1ª Turma declara extinção da punibilidade de ex-deputado Wladimir Costa pelo crime de ameaça](#)
- [Mantida prisão de condenados por envolvimento em esquema de propina no Município de Aracruz \(ES\)](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Regra geral de prescrição incide em cobrança de dívida ilíquida que não se enquadra em conceito de contrato de constituição de renda](#)
- [Primeira Turma aplica desconsideração da personalidade jurídica para permitir defesa de sócio em execução fiscal](#)
- [Decisões judiciais estendem benefícios previdenciários a trabalhadoras informais do meio rural](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [PJe começa a atender à Justiça Criminal](#)
- [Nova versão do SEEU traz mais segurança e novas opções de gestão de dados](#)
- [Seminário no Rio de Janeiro debate transparência e combate à corrupção](#)
- [Corregedor determina apuração de reclamação de Ciro Gomes contra juíza](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Suspensão de Prazos em Feriados Municipais

Atualizamos o link de [feriados municipais das Comarcas do 5º Núcleo Regional](#).

Consulte a página completa, no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > Gestão em Destaque > Suspensão de Prazos > NUR's - Feriados Municipais.

FERIADOS MUNICIPAIS		
COMARCAS	EMANCOPIAÇÃO/ ANIVERSÁRIO DA CIDADE	PADROEIRO
Barra Mansa	03/10	20/01 - São Sebastião
Barra do Pirai	10/03	26/07 - N.S. Santana

Itatiaia	01/06	19/03 - São José
Pinheiral	13/06	08/12 - N. S. Conceição
Porto Real	05/11	15/09 - N.S. das Dores
Quatis	15/11	07/10 - N.S. do Rosário
Resende	29/09	08/12 - N.S. da Conceição
Rio das Flores	17/03	15/10 - Santa Tereza
Valença	29/09	15/08 - N.S. da Glória
Volta Redonda	17/07	13/06 - Santo Antônio

JULGADOS INDICADOS*

- [0003399-95.2012.8.19.0039](#) - Rel^a. Des^a. Mônica Sardas - j. 27/02/2019 e p. 12/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Federal nº 13.810, de 08/03/2019](#) - Dispõe sobre o cumprimento de sanções impostas por resoluções do Conselho de Segurança das Nações Unidas, incluída a indisponibilidade de ativos de pessoas naturais e jurídicas e de entidades, e a designação nacional de pessoas investigadas ou acusadas de terrorismo, de seu

financiamento ou de atos a ele correlacionados; e revoga a Lei nº 13.170, de 16/10/2015.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Cinco irmãos, duas novas famílias](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Liminar mantém exigência de regularidade previdenciária para recompra de títulos do FIES](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [O trabalhador rural e a luta pela aposentadoria em regime especial](#)
- [Mantida decisão que fixou em R\\$ 20 mil o valor da causa em ação que pedia reparação de prejuízo de R\\$ 2 milhões](#)
- [Jurisprudência sobre concurso busca compensar diferenças e igualar oportunidades](#)
- [Aprovados em concursos conquistam vitórias também nas cortes superiores](#)
- [Jurisprudência em Teses trata da prisão em flagrante](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ Serviço: como é feita a gestão financeira da saúde no Brasil?](#)
- [Participação feminina: Superior Tribunal de Justiça atualiza normas](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Sentenças Selecionadas

O acervo de sentenças selecionadas tem como objetivo difundir o pensamento jurídico e oferecer subsídios que auxiliem os consulentes em suas atividades profissionais. As sentenças são classificadas e organizadas com base na tabela do Conselho Nacional de Justiça - CNJ.

A consulta realizada por Termo de Pesquisa permite a busca por assunto a partir de vocábulos contidos na sentença. Assim, para que o resultado se aproxime do assunto de interesse do pesquisador, recursos com o uso de aspas e a seleção do Ramo do Direito filtram e melhoram o resultado da busca.



A pesquisa com o Termo “**Direito autoral**” apresenta diversas sentenças que abordam a expressão na classificação ou **no conteúdo da decisão**. Destacamos a sentença abaixo, apresentada no ramo do **Direito Civil**:

Processo: [0047215-76.2014.8.19.0001](#)

“SENTENÇA

Trata-se de ação ajuizada pelo rito ordinário por XXX em face de XXX. Como causa de pedir, consta da inicial que a demandante pesquisou por vários anos a psicologia

aplicada à arbitragem futebolística, tendo lido diversos livros e frequentado inúmeras palestras e cursos sobre o tema, conhecimento com o qual produziu um livro. Em razão desses conhecimentos, a demandante foi convidada pelo Sr. XXX, atual diretor e coordenador geral dos cursos de formação de árbitros de futebol e de futsal, da EAFERJ - Escola de Arbitragem da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, que pertence à demandada, FFERJ, para promover palestras, como visitante, voltadas à educação de jovens aspirantes a árbitros, na área de psicologia aplicada à arbitragem. Para tanto, a demandante elaborou um material didático específico, baseado nas pesquisas de seu livro, e passou a utilizá-lo nas palestras. Ocorre que parte do referido material veio a ser utilizado pela demandada, posteriormente, sem autorização da demandante para utilização ou reprodução do mesmo, com o título de "Procedimentos de Arbitragem", no curso de formação de árbitros da EAFERJ, mais precisamente no módulo denominado PSICAF - Psicologia Aplicada à Arbitragem de Futebol/Futsal". (...) Passa-se, então, à análise do mérito. Aplica-se ao presente caso o Código Civil e demais legislações extravagantes, com suas normas e princípios inerentes, por se tratar de relação presumidamente paritária. Depreende-se dos autos que a existência de controvérsia sobre a autoria de material didático intitulado "Procedimentos de Arbitragem", usado no curso de formação de árbitros de futebol fornecido pela demandada, bem como na licitude da conduta da demandada quanto à utilização do mesmo nas aulas do curso em referência e no direito da demandante de se ver indenizada pela utilização ou reprodução não autorizado do mesmo. De um lado, a demandante alega serem exclusivamente seus os direitos autorais da obra, cuja temática é psicologia aplicada à arbitragem futebolística, e que não conferiu qualquer tipo de autorização para uso ou reprodução da mesma. Do outro lado, a demandada afirma que o material foi realmente usado no curso em referência, o que se tem como incontroverso, na forma do art. 334, II, do Código de Processo Civil. No entanto, aduzem que só foi usado na aula ministrada professor XXX, ex-companheiro da demandante, e que foi disponibilizado aos alunos pelo próprio professor, como simples material de apoio, sem qualquer custo, em uma única aula, tendo que foi disponibilizado gratuitamente aos demais alunos do curso apenas a partir de 2011. **O Direito Autoral** é espécie protetiva que irradia da Propriedade Intelectual, estando regulamentado na Lei 9.610/98, que considera dignas de proteção, dentre outras, a obra literária (arts. 5º, VIII, e 7º, I, da referida Lei). A Lei 9.610/98 considera, em seu art. 11, como autor da obra literária a pessoa natural que a criou, a ela pertencente seus direitos morais e materiais. No presente caso, acentua-se especialmente o direito material de usar, fruir e dispor da obra, e o de autorizar ou não a sua utilização ou reprodução por quem quer que seja (arts. 28 e 29, I, da Lei referida). Considerando que o registro da obra literária é apenas facultativo e que a proteção dos direitos autorais dele independe (arts. 18 e 19 da Lei 9.610/98), a mesma Lei em seu art. 12, aponta que a identificação de uma pessoa como o autor deve se dar por meio da utilização de seu nome na mesma. Em princípio, pois, como não foi feito nenhum registro sobre a obra objeto da presente demanda, ela, tendo em vista os documentos de fls. 177 dos autos, pertenceria a XXXX, nome que foi identificado na apostila "Procedimentos de Arbitragem", do curso de formação de

árbitros de futebol oferecido pela Escola de Arbitragem da demandada. Contudo, não é isso que o conjunto probatório acostado aos autos apontam. Não foi negado pelas partes que XXX adquiriu ao longo de anos um conhecimento prático no campo de arbitragem, tendo trabalhado na área por cerca de quarenta anos. Isso, por si só, porém, não é suficiente a formar um conhecimento teórico-científico capaz de elaborar um trabalho complexo, simplificado em forma de apostila, sobre temática envolvendo a arbitragem e a psicologia. Às fls. 411 e 412, em que consta o depoimento testemunhal de XXX, ele não demonstrou ter o tipo de conhecimento teórico-científico necessário para a elaboração de um trabalho de tamanha profundidade, não sabendo responder às indagações que lhe foram feitas pelo patrono da demandante. Suas declarações foram: "que o depoente não tem nenhum trabalho científico aplicado referente à psicologia do esporte; que o depoente só viu que constava no site a referência da demandante com autora da apostila por ocasião da presente demanda" (...) "que no momento o depoente não saberia esclarecer quais são as dimensões técnicas e políticas mencionadas pela professora Teresinha Rio citada na apostila e qual a importância dessas considerações para o árbitro de futebol; que o depoente não tem contato com a apostila há algum tempo e por isso não se recorda a razão das citações dos autores Eduardo Galliano, Ramonet e Mussolini; que o depoente não se recorda especificamente qual a importância de Monalisa Schulz para a arbitragem do futebol" (iii) "que o depoente não se recorda no momento qual a importância dos autores Powlle e Brady pra a apostila; que não se recorda como o ex-jogador Tostão justifica a capacidade biológica e não apenas técnica para marcação correta; que no entanto o depoente que citou e escreveu o texto do jogador Tostão" (iii) "que no momento não saberia explicar os graus de indisciplina individual e grupal de uma partida; que no momento não se recorda quais são e quantos são os vetores que influenciam os atletas. Em contrapartida, o próprio JXXX, no mesmo termo de depoimento testemunhal supra, afirmou que a demandante foi convidada a dar palestras na EAFERJ, o Sr. XXX, atual diretor e coordenador geral dos cursos de formação de árbitros de futebol e de futsal, da EAFERJ - Escola de Arbitragem da Federação de Futebol do Estado do Rio de Janeiro, que pertence à demandada, FFERJ, sobre a temática da psicologia aplicada à arbitragem. O fato de ter sido convidada a palestrar na EAFERJ pelo diretor da Escola, aliado à demonstração de que de diversas anotações foram feitas pela demandante nos documentos de fls. 255, demonstram que ela teve realmente um trabalho intelectual de autoria no material objeto da presente demanda. É dizer, é a demandante, e não XXXX, quem detém a autoria e os direitos decorrentes sobre a obra "procedimentos de arbitragem", que vinha sendo utilizada pela demandada em seu curso de formação de árbitros, sem a devida autorização. Com efeito, a ilícita utilização da apostila de modo não autorizado por quem detém os direitos autorais sobre a obra deve ser atribuída à demandada, eis que às fls. 177 e ss. ficou demonstrado que o timbre de sua marca foi posto nas páginas da apostila e também na sua capa, um material que tinha como pretensão autor da obra XXX, mas que, na verdade, a autoria era de XXX, ora demandante. A conduta da demandada adequa-se, pois, àquela prevista no art. 103 da Lei 9.610/98. A responsabilidade civil decorrente da violação a **direito autoral** é

objetiva, decorrendo do art. 5º, XXVII, da Constituição Federal de 1988, e, nos termos do art. 104 da Lei 9.610/98, essa responsabilidade é também solidária, isto é, tanto da demandada, FFERJ, quanto de J. J. Loureiro. (...) Deve, então, ser reconhecido o direito da demandante à indenização pela violação de seus direitos autorais, prevista nos arts. 102 e 103, caput e parágrafo único, da Lei 9.610/98, cujo valor deverá ser fixado em sede de liquidação de sentença, na forma do art. 475-A e ss. do Código de Processo Civil, levando em consideração que o pagamento deverá compreender o valor de três mil exemplares, conforme determinam aquelas normas. Da mesma forma, deve ser reconhecido o direito da demandante a que a demandada se abstenha de utilizar ou de reproduzir, direta ou indiretamente, e em quaisquer meios, a apostila objeto da presente demanda, bem como que o de ver destruídos todos os exemplares da apostila que por ventura ainda estejam em poder da demandada, na forma do art. 106 da Lei 9.610/98. No entanto, não se mostra, por ora, necessário o congelamento do domínio virtual da demandada, <http://www.fferj.com.br/>, tendo em vista que não se encontra mais nele disponível o acesso à apostila em questão, o que foi verificado pelo juízo em acesso a esse sítio eletrônico, realizado no dia 24.10.15. Pelo exposto, JULGO PROCEDENTE O PEDIDO para (i) determinar que a demandada se abstenha de utilizar ou de reproduzir, direta ou indiretamente, a apostila objeto da presente demanda, denominada "Procedimentos de Arbitragem", cujos direitos pertencem exclusivamente à demandante, sob qualquer forma e em quaisquer meios físicos ou eletrônicos, ou ainda qualquer outro documento que possa ser considerado um plágio dela, sob pena de multa diária de mil reais por dia de utilização indevida; (ii) caso haja disponibilização da referida apostila no sítio virtual www.fferj.com.br/, que seja procedido ao congelamento do referido domínio; (iii) condenar a demandada a indenização a demandante pela violação dos direitos autorais sobre a apostila objeto da presente demanda, devendo o valor ser encontrado em sede de liquidação de sentença, devendo o cálculo do mesmo observar ao disposto nos arts. 102 e 103, caput e parágrafo único, da Lei 9.610/94, e o montante ser devidamente atualizado a acrescido de juros legais, desde a data do fato (art. 389 do Código Civil de 2002) até o efetivo pagamento; (iv) determinar a destruição de todos os exemplares da apostila que por ventura ainda estejam em poder da demandada, em quaisquer meios físicos ou eletrônicos. Despesas processuais e honorários advocatícios pela demandada, estes arbitrados em R\$ 3.000,00 (três mil reais), consoante art. 20, §4º, do CPC, sendo extinto o processo com resolução do mérito, na forma do art. 269, I, do CPC. Após o trânsito em julgado, dê-se baixa e arquivem-se. Publique-se. Registre-se. Intimem-se.

Rio de Janeiro, 26 de outubro de 2015. Ricardo Cyfer JUIZ DE DIREITO”

JULGADOS INDICADOS*

- [0308109-29.2017.8.19.0001](#) - Rel. Des. João Zivaldo Maia - j. 26/02/2019 e p. 11/03/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Boletim SEDIF nº 40

Divulgado em 08/03/2019

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8309, de 28/02/2019](#) - Assegura aos estudantes das escolas públicas o ingresso em, pelo menos, 20% (vinte por cento) das vagas de estagiários nos Três Poderes do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8307, de 28/02/2019](#) - Cria no âmbito do estado do rio de janeiro o programa toda mulher merece uma doula.
- [Lei Estadual nº 8306, de 28/02/2019](#) - Altera a lei nº 4.746, de 11/04/2006, que “dispõe sobre a merenda escolar distribuída aos alunos, portadores de diabetes mellitus, matriculados na rede pública estadual de ensino”, incluindo os alunos com intolerância à lactose.
- [Lei Estadual nº 8303, de 28/02/2019](#) - Reconhece a atividade dos membros da Polícia Judiciária como de caráter técnico, para fins do disposto no art. 37, XVI, b, da CRFB/88.
- [Lei Estadual nº 8302, de 28/02/2019](#) - Dispõe sobre a averiguação e processamento, por parte do departamento estadual de trânsito - DETRAN RJ, das denúncias de existências de veículos com placas clonadas obedecerão ao disposto nesta lei.
- [Lei Estadual nº 8301, de 28/02/2019](#) - veda a nomeação para cargos em comissão de pessoas que tenham sido condenadas pela Lei federal nº 11.340, no âmbito do Estado do Rio de Janeiro.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Novos membros do TRE tomam posse nesta segunda-feira](#)
- [Dia da Mulher: o poder feminino na Justiça do Rio](#)
- [CEVIJ promove 4ª Semana de Valorização da Primeira Infância](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro determina redução de área de reserva extrativista ampliada após a realização de consultas públicas](#)
- [Mantida prisão de empresário acusado de crimes na prestação de serviço de transporte escolar na Bahia](#)
- [Afastada aplicação de regime inicial fechado fixado fora dos parâmetros legais](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Ciclista que perdeu a perna em acidente de trânsito receberá R\\$ 100 mil de indenização](#)
- [Proposta da nova Lei de Drogas combina descriminalização com mais repressão para o tráfico](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ levanta processos de desastres em Brumadinho, Mariana, Unai e da Boate Kiss](#)
- [Cresce número de processos de feminicídio e de violência doméstica em 2018](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Inconstitucionalidades Indicadas

As declarações de constitucionalidade e inconstitucionalidade encaminhadas pelo Órgão Especial do TJRJ para divulgação, são disponibilizadas no Portal do

Conhecimento, no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > [Jurisprudência](#) > [Inconstitucionalidades Indicadas](#) > [2019](#).

Atualizamos a página com os seguintes processos:

Emenda nº 66, de 06/07/2016	0127062-30.2014.8.19.0001 DES. JESSE TORRES PEREIRA JUNIOR Voto vencido: Des Nagib Slaibi Filho	ARGUIÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. Ação declaratória de nulidade de ato administrativo. Embargos de declaração. Emenda 66 à Constituição do Estado do Rio de Janeiro, que assegura ao membro da Polícia Judiciária exercer suas funções cumulativamente com as de um cargo de professor. Controle difuso e incidental do ato legislativo perante este Órgão Especial, em respeito ao princípio da reserva de plenário (art. 97 da Carta da República). Vício de iniciativa: compete ao chefe do Executivo a iniciativa de emenda que verse sobre a estrutura e a remuneração do funcionalismo estadual (CERJ, art. 112, §1º, inciso II, “b”); emenda proposta por deputada à assembleia legislativa. Vício material: violação reflexa do art. 37, inciso XVI, “b”, da CF/88, na medida em que a EC estadual amplia o alcance da norma constitucional federal, independentemente da natureza do cargo. Acolhimento da arguição, para declarar-se, por maioria, a inconstitucionalidade da Emenda Constitucional Estadual nº 66, de 06 de julho de 2016, com retorno dos autos à Nona Câmara Cível
-----------------------------	---	--

		<p>deste Tribunal, para prosseguimento do julgamento dos embargos declaratórios.</p> <p>Ofício nº 96/2019-SETOE-SECIV</p>
<p>Proposta de inclusão de Verbetes Sumulares em Matéria Penal.</p>	<p>0037801-52.2017.8.19.0000 DES. MARCOS ALCINO DE AZEVEDO TORRES</p> <p>Designado p/ Acórdão: DES. ANTONIO CARLOS NASCIMENTO AMADO</p> <p>Vencidos integralmente o Des. Marcos Alcino de Azevedo Torres, Relator, e o Desembargador Mauro Martins. Vencidos parcialmente os Desembargadores Cláudio de Mello Tavares e Otávio Rodrigues.</p>	<p>PROCESSO ADMINISTRATIVO. PROPOSTA DE INCLUSÃO DE VERBETES SUMULARES EM MATÉRIA PENAL.</p> <p>Incidente administrativo para inclusão de verbetes sumulares em matéria penal, deflagrado pelo Centro de Estudos e Debates deste Tribunal - CEDES, na forma do artigo 122, do Regimento Interno. Temas relacionados à busca e apreensão domiciliar, quando se tratar de infração permanente; sobre a definição do que seria grande quantidade de entorpecente, como justificativa da ordem pública; e também do estabelecimento do regime aberto ou semiaberto, quando das condenações por tráfico de entorpecente, com o redutor do artigo 33, § 4º, da Lei 11.343/06.</p> <p>Proposições que, por não resolverem divergências, ou por simplesmente repetirem o que já está pacificado, se mostram inoportunas, inadequadas e sem justificativas suficientes em vista da matéria de fato, e não de direito, que implicitamente encerram, de forma que não</p>

		<p>irão agilizar os procedimentos criminais. REJEIÇÃO DOS ENUNCIADOS. Maioria.</p> <p>Ofício nº 95/2019-SETOE-SECIV</p>
<p>Lei nº 5.692 de 24/03/2014 do Município do Rio de Janeiro</p>	<p>0065146-61.2015.8.19.0000 DES. NILDSON ARAUJO DA CRUZ</p>	<p>REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI Nº 5692 DE 24 DE MARÇO DE 2014 DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, QUE “VEDA A CONTRATAÇÃO OU ATUAÇÃO EM FUNÇÃO TÍPICA, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, DE PROFISSIONAL MÉDICO COM DIPLOMA DE GRADUAÇÃO EXPEDIDO POR UNIVERSIDADES ESTRANGEIRAS QUE NÃO TENHA SIDO REVALIDADO”. RESTRIÇÃO INCONSTITUCIONAL À ATUAÇÃO DISCRICIONÁRIA DO PÓDER EXECUTIVO, A QUEM CABE DECIDIR SOBRE A MATÉRIA, VEDADA DE ANTEMÃO PELO ATO NORMATIVO IMPUGNADO APESAR DE RESERVADA À INICIATIVA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO, ART. 112, §1º, II, D, DA CONSTITUIÇÃO FLUMINENSE. AFRONTA AO PRINCÍPIO DA INDEPENDÊNCIA HARMÔNICA ENTRE AS FUNÇÕES ESSENCIAIS DO</p>

		ESTADO, ART. 7º DA CONSTITUIÇÃO FLUMINENSE. REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE QUE SE JULGA PROCEDENTE. UNANIMIDADE. Ofício nº 90/2019-SETOE-SECIV
Lei nº 6060, de 31/03/2016, do Município do Rio de Janeiro	0066355-31.2016.8.19.0000 DES. ADRIANO CELSO GUIMARAES	REPRESENTAÇÃO POR INCONSTITUCIONALIDADE - LEI Nº 6060/2016, QUE DISPÕE SOBRE A IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE ASSISTÊNCIA ESPECIALIZADA EM EPIDERMÓLISE BOLHOSA NA REDE PÚBLICA DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DO RIO DE JANEIRO, CRIANDO ATRIBUIÇÕES A ÓRGÃO INTEGRANTE DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA, INOBTANTE A INICIATIVA PARLAMENTAR - COMPETÊNCIA PRIVATIVA DO CHEFE DO PODER EXECUTIVO PARA DISPOR SOBRE A MATÉRIA - PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Ofício nº 86/2019-SETOE-SECIV
Emenda nº 38, de 15/08/2017, que deu nova redação ao art. 168, caput, da Lei Orgânica do Município de Angra dos Reis.	0000696-07.2018.8.19.0000 DES. ANTONIO EDUARDO FERREIRA DUARTE	DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA Nº 38/2017. NOVA REDAÇÃO AO ART. 168, CAPUT, DA LEI ORGÂNICA

		<p>DO MUNICÍPIO DE ANGRA DOS REIS. PREVÊ A OBRIGATORIEDADE DE SUBMISSÃO DA CELEBRAÇÃO DE CONTRATOS REFERENTES A CONCESSÕES, PERMISSÕES E PARCERIAS PÚBLICO PRIVADAS À PRÉVIA AUTORIZAÇÃO DO PODER LEGISLATIVO. MATÉRIA DE INICIATIVA DO CHEFE DO EXECUTIVO. VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DA SEPARAÇÃO DE PODERES. ARTS. 7º, 112, §1º, II, “D” E 145, TODOS DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL DO RIO DE JANEIRO. PROCEDÊNCIA DO PEDIDO...</p> <p>Ofício nº 82/2019-SETOE-SECIV</p>
--	--	---

JULGADOS INDICADOS*

- [0025289-89.2017.8.19.0209](#) - Rel. Des. Antônio Iloízio Barros Bastos - j. 26/02/2019 e p. 08/03/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Comunicamos que hoje (07/03/2019) foi publicado, no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ), o [Ementário de Jurisprudência Civil nº 04](#), tendo sido selecionado, dentre outros, julgado sobre impedimento de renovação de matrícula por estudante, em razão de não ter pago a multa cobrada pelo atraso na devolução de livro.

O estudante de ensino superior retirou livro por empréstimo da biblioteca da universidade em que estudava, comprometendo-se a devolvê-lo no dia previsto.

No referido dia, contudo, autor tentou fazer a devolução, mas a biblioteca se encontrava fechada. Outra tentativa foi feita em data posterior, mas também sem sucesso.

Após o recesso da universidade, o autor teve que pagar multa no valor de R\$ 297, reconhecendo que o valor correto seria, na verdade, R\$ 84. Além disso, a universidade ameaçou impedi-lo de renovar sua matrícula, caso não pagasse a pendência financeira.

O autor formulou pedido judicial de devolução da diferença do pagamento indevido da multa e, ainda, a condenação do instituto de ensino por danos morais.

Em primeira instância, o juiz condenou a ré a restituir ao autor a quantia de R\$ 213 pelo dano material.

A parte autora, então, recorreu, enfatizando os danos morais causados pela ameaça de impedir-lhe a renovação de sua matrícula.

A relatora do processo, desembargadora Cintia Santarém Cardinali, deu provimento ao recurso autoral para condenar a ré em danos morais no valor de R\$ 2 mil. A desembargadora fundamentou que o apelante foi “compelido ao pagamento do valor excessivo que lhe foi imposto, como condição para que conseguisse a renovação de sua matrícula e assim, dar prosseguimento aos seus estudos. O que, certamente, gera revolta, insegurança e frustração no consumidor, já que se encontrava adimplente com as mensalidades do curso”.

[Clique aqui](#) e acesse todas as ementas desta edição.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Ensino da mediação e conciliação nos cursos de Direito é compatível com a nova realidade social e jurídica, diz desembargador](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Plenário ajusta tese de repercussão geral para esclarecer que ISS não incide nos seguros de saúde](#)
- [STF decide que teto remuneratório de procuradores municipais é o subsídio de desembargador de TJ](#)
- [Mantida prisão preventiva de vereador de Japeri acusado de integrar organização criminosa](#)
- [Inviável ADI contra portaria do Ministério da Saúde que regulamenta procedimentos para doação de sangue](#)
- [Confederação pede liminar para suspender feriado bancário no RJ na Quarta-feira de Cinzas](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Não compete à vara de recuperação analisar acordo para conclusão das obras do velódromo da Rio 2016](#)
- [Prazo para pedir devolução por cobrança indevida de serviços de telefonia não contratados é de dez anos](#)
- [Para Terceira Turma, não cabe indenização em casos de roubo e sequestro em rodovia pedagiada](#)
- [16ª edição do Prêmio Inovare recebe inscrições até 25 de abril](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Startup brasileira de mediação digital vence prêmio Conciliar é Legal 2018](#)
- [Especialistas reforçam necessidade de cooperação entre órgãos de segurança](#)
- [CNJ lança concurso para mudar identidade visual do PJe](#)

Revista de Direito

Editada desde o ano de 1985, constitui-se no repositório oficial de jurisprudência desta Corte e do Superior Tribunal de Justiça. Além de decisões e acórdãos selecionados, cada edição contém, ainda, seções de artigos doutrinários e jurisprudência temática, onde um tema controvertido e atual é abordado, acompanhado da correspondente jurisprudência do TJERJ e dos Tribunais Superiores.

Consulte o [Volume 113 da Revista de Direito](#) no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Publicações > Jurídico > [Revista de Direito](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0000764-87.2017.8.19.0065](#) - Rel. Des. [Sérgio Nogueira de Azeredo](#) - j. 27/02/2019 e p. 07/03/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Suspeitos de integrar facções criminosas de Casimiro de Abreu têm prisão preventiva decretada](#)
- [Folia e descanso sem dor de cabeça](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro determina remessa de denúncia contra Eduardo Bolsonaro à Justiça do DF](#)

- [Rejeitada aplicação do princípio da insignificância em caso de pesca ilegal em praia de Vitória](#)
- [Mais uma investigação contra Temer é enviada para Justiça Federal do DF](#)
- [Plenário reafirma jurisprudência sobre responsabilidade civil do Estado pelas atividades de cartórios](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [STJ suspende decisão que permitia apreensão de aeronaves da Avianca](#)
- [Relator determina soltura de oito funcionários da Vale investigados na tragédia de Brumadinho](#)
- [Ministro Nefi Cordeiro nega novo pedido de liberdade do médium João de Deus](#)
- [Condenação transitada em julgado não é fundamento idôneo para inferir a personalidade do agente](#)
- [Demora em fila de banco não gera dano moral individual para consumidor, decide Quarta Turma](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense

Importante fonte de consulta sobre os prazos processuais suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. Contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Foram inseridos os seguintes atos (publicados) no mês de fevereiro de 2019:

- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 56, DE 27/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 55, DE 27/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 54, DE 25/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 53, DE 27/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 52, DE 20/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 44, DE 13/02/2019](#)
- [*ATO EXECUTIVO TJ Nº 43, DE 12/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 37 DE 07/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 36, DE 07/02/2019](#)

- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 35, DE 07/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 31, DE 05/02/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 30, DE 05/02/2019](#)

Navegue na página [Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#)

Cumpra ressaltar, todo conteúdo disponível na página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ.

JULGADOS INDICADOS*

- [0008071-55.2012.8.19.0037](#) - Rel. Des. [Eduardo de Azevedo Paiva](#) - j. 27/02/2019 e p. 28/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

Boletim SEDIF nº 37

Divulgado em 27/02/2019

COMUNICADO

[Ementário de Jurisprudência Criminal nº 03](#)

LEGISLAÇÃO*

- [Decreto Federal nº 9.716, de 26/02/2019](#) - Revoga dispositivos do Decreto nº 9.690, de 23/01/2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16/05/2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 - Lei de Acesso à Informação.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Prefeitura do Rio não poderá retirar imagens religiosas de locais públicos](#)
- [TJRJ vai realizar audiências de custódia no Sambódromo](#)
- [Comitê Executivo de Cooperação Judiciária do CNJ tem nova composição](#)
- [Decretada a prisão preventiva de empresário acusado de tentativa de estupro em bar do Leblon](#)
- [Justiça aceita denúncia e decreta prisão de lutador que espancou paisagista](#)
- [Rede de Enfrentamento à Violência Contra a Mulher debate ações para 2019](#)

NOTÍCIAS STF*

- [2ª Turma anula provas decorrentes de infiltração policial realizada sem autorização da Justiça](#)
- [1ª Turma condena ex-deputado Alfredo Kaefer por crime contra sistema financeiro nacional](#)
- [Anulada condenação da Justiça Militar que não observou regra que garante interrogatório do réu ao final da instrução criminal](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Mantida condenação que suspendeu direitos políticos do deputado federal Herculano Passos \(MDB-SP\)](#)
- [Rescisão unilateral de plano de saúde coletivo só é válida com motivação idônea](#)
- [Petição que menciona conteúdo de decisão não publicada revela ciência inequívoca e abre prazo para recurso](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Mudanças processuais podem ampliar a recuperação de ativos internacionais](#)
- [Segurança de fóruns e magistrados: polícias integradas e ações inteligentes](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores

Página do Portal do Conhecimento que correlaciona os Verbetes Sumulares do TJERJ com a Tabela Unificada do CNJ. A consulta pode ser realizada por meio de 2 (dois) índices: o analítico ou o remissivo.

Para consultar a íntegra da tabela, acesse o link no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > Súmulas > [Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0001383-47.2019.8.19.0000](#) - Rel. Des. Celso Luiz de Matos Peres - j. 13/02/2019 e p. 22/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

Aviso TJ divulga decisão que suspende ações relacionadas à aplicação da Lei nº 13.703 e da Resolução nº 5.820 da ANTT

O Tribunal de Justiça divulgou, no DJERJ de hoje (26/02/2019), o [Aviso TJ nº 14/2019](#), contendo a decisão do Ministro Luiz Fux proferida na Ação Direta de Inconstitucionalidade 5.956/DF.

Nos autos, o relator determinou a suspensão de todos os processos judiciais que envolvam a aplicação da lei que instituiu a Política Nacional de Pisos Mínimos do

Transporte Rodoviário de Cargas (Lei nº 13.703/2018), da resolução da ANTT que estabeleceu a metodologia e publicou a tabela com preços mínimos vinculantes (Resolução nº5.820/2018), ou de outros atos normativos editados em decorrência dessas normas, até o julgamento definitivo do mérito, respeitada a decisão monocrática proferida nos autos da referida ADI em 12/12/2018.

Segundo o ministro, revela-se necessário sustar o andamento de ações judiciais em curso nas instâncias inferiores, que podem gerar comandos conflitantes sobre a controvérsia posta na Ação Direta, quanto à constitucionalidade da Lei nº 13.703/2018 e à legalidade da Resolução nº 5.820/2018.

Acesse aqui a íntegra da [decisão](#).

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Esaj realiza primeira turma de 2019 do curso de formação de peritos judiciais](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro rejeita ação contra atos que concederam aumento automático a membros do Judiciário e do MP estaduais](#)
- [Liminar veda bloqueio de valores para pagamento de débitos trabalhistas da Ceasa/PA](#)
- [Ministra aplica rito abreviado em ação sobre isenção do pagamento do IPVA a portadores de doenças graves em RR](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Município de Três Barras \(PR\) receberá diferenças do FPM por erro no censo de 2007](#)
- [Presidente do STJ diz que Judiciário é fundamental para garantir políticas de segurança](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Pesquisa mapeia tramitação de processos de corrupção na Justiça](#)
- [Ministro Toffoli propõe plano de atuação do Judiciário na segurança pública](#)
- [Conciliar É Legal: TRF3 vence com Núcleo de Ações Sensíveis e Complexas](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Acórdãos Selecionados por Desembargador

Atualizamos as página do [Desembargador Otávio Rodrigues](#), no [Portal do Conhecimento](#), com o acórdão na Apelação 0005256-40.2012.8.19.0052 (2018.001.59306), julgamento: 31/10/2018 - 11ª Câmara Cível.

Confederação Nacional de Municípios e do Município de Araruama/RJ, visando, enquanto não houver lei municipal autorizativa, seja o Município proibido de efetuar repasse de recursos públicos, por meio de contribuição associativa, à Confederação Nacional dos Municípios e liminar de indisponibilidade de bens da Confederação Nacional de Municípios em valor não inferior a R\$ 383.790,00. Sentença julgando procedente a postulação. Recursos de Apelação dos réus. **R E F O R M A P A R C I A L**. Afastamento das preliminares de prescrição, ilegitimidade ativa do MP e intempestividade do recurso do Município. Quanto ao mérito, de fato, o repasse de R\$ 383.790,00 para a primeira ré não foi precedido de lei autorizativa, caracterizando-se em ilícito administrativo. Aplicação da Lei nº 8.429/92, Lei Complementar nº 101, de 04/5/2000 e Lei nº 8.666/93. Doutrina e Jurisprudência a respeito. O único ponto da sentença que merece modificação prende-se na condenação da primeira apelante em pagar honorários advocatícios em favor do MP. **P R O V I M E N T O . P A R C I A L D O P R I M E I R O R E C U R S O E D E S P R O V I M E N T O D O S E G U N D O .**

Acesse o link [Acórdãos Selecionados por Desembargador](#), no seguinte caminho: *Portal do Conhecimento > Jurisprudência*.

JULGADOS INDICADOS*

- [0219778-71.2017.8.19.0001](#) - Rel. Des. [Augusto Alves Moreira Junior](#) - j. 18/02/2019 e 26/02/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Plantão do TJRJ no Carnaval](#)
- [Carnaval: TJRJ lança campanha educativa nas redes sociais](#)
- [Esaj lança plataforma de ensino a distância](#)
- [TJ do Rio edita ato com regras para as licitações na modalidade pregão](#)
- [Palestra alerta integrantes dos projetos sociais do TJRJ sobre DST e Aids](#)
- [Funcionamento da Exposição “Mulheres, a Hora e a Voz - Direitos, Conquistas e Desafios”](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro suspende lei de RR sobre revalidação de diplomas emitidos por universidades estrangeiras](#)
- [Direito à nomeação de estrangeiro aprovado em concurso para cargo de professor em instituto federal é tema de repercussão geral](#)
- [Negado pedido de anulação de júri de viúva condenada por matar marido vencedor da Mega-Sena](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Como fica o expediente durante o Carnaval](#)
- [Ministro Noronha defende valorização da jurisprudência pelas instâncias ordinárias](#)
- [Importação direta do canabidiol é vitória para pacientes com epilepsia intratável](#)

- [Taça das Bolinhas: novela de 30 anos terminou com final feliz para os torcedores do Sport](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Portal do CNJ sairá do ar por duas horas na noite desta segunda-feira](#)
- [CNJ aprova e encaminha nota técnica sobre audiências de custódia ao Congresso](#)
- [CNJ Serviço: como funciona o atendimento de saúde no Brasil?](#)
- [Corregedor nacional defende implementação de sistema de correição unificado](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Inconstitucionalidades Indicadas

Atualizamos a Página de [Inconstitucionalidades Indicadas](#) com a disponibilização da Arguição Incidental de Inconstitucionalidade nº **0046969-15.2016.8.19.0000**, Relator Des. JOSE CARLOS MALDONADO DE CARVALHO.

“Direta de Inconstitucionalidade. Município do Rio de Janeiro. Lei Municipal nº 5.971/2015 que dispõe sobre a implantação de programa de atendimento a pacientes renais crônicos na Zona Oeste do Município e dá outras providências, originária do Poder Legislativo. Matéria relacionada ao funcionamento e organização da Administração Pública, com repercussão direta no erário municipal. Iniciativa de Lei que é reservada ao Chefe do Poder Executivo. Procedência da Representação.”.

Para consultar outros julgados acesse a página no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > Jurisprudência > [Inconstitucionalidades Indicadas](#) > 2019.

JULGADOS INDICADOS*

- [0046069-61.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Tereza Cristina Sobral Bittencourt Sampaio](#) - j. 20/02/2019 e 25/02/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Boletim SEDIF nº 34

Divulgado em 22/02/2019

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Federal nº 13.809, de 21/02/2019](#) - Reabre o prazo para opção pelo regime de previdência complementar de que trata o § 7º do art. 3º da Lei nº 12.618, de 30/04/2012.
- [Decreto Federal nº 9.713, de 21/02/2019](#) - Altera o Decreto nº 9.278, de 05/02/2018, que regulamenta a Lei nº 7.116, de 29/08/1983, que assegura validade nacional às Carteiras de Identidade e regula sua expedição.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Cinco planos de saúde terão que fornecer internação domiciliar a clientes com prescrição médica](#)
- [Familiares de vítimas de incêndio desistem de mediação com Flamengo](#)
- [Mediação familiar em debate no TJRJ](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro prorroga prazo para edição de norma sobre compensações da Lei Kandir](#)
- [Ministro julga inviável HC de Lula contra decisão do STJ que não admitiu recurso especial](#)
- [Ministro Fachin vota pela aplicação da Lei do Racismo à homofobia e à transfobia até edição de lei específica](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Falta de recolhimento do preparo é vício formal que não pode ser suprido pelo julgamento do recurso](#)
- [Não cabe indenização de lucros cessantes se a atividade empresarial não teve início](#)
- [Situações excepcionais podem impedir prisão domiciliar para mães mesmo após alterações do CPP](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Corregedor revoga liminar que suspendia os efeitos da Recomendação n. 31](#)
- [Processo eletrônico: CNJ suspende contratação da Microsoft pelo TJSP](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Acórdãos Selecionados por Desembargador

Atualizamos as páginas do [Desembargador Sérgio Nogueira de Azeredo](#), no [Portal do Conhecimento](#), com o acórdão na [Apelação 0080844-41.2014.8.19.0001 \(2017.001.81188\)](#), julgamento: 06/02/2019 - 11ª Câmara Cível.

Ação Reparatória por Danos Materiais e Morais. Civil. Processual Civil. Pretensão deduzida em juízo almejando a indenização e a compensação pelas lesões decorrentes da morte de cavalo de corrida ocorrida no Jockey Club, durante o treinamento. Sentença de parcial procedência. Irresignação do Demandado. Preliminar. Arguição de cerceamento de defesa, ante o indeferimento de prova pericial. Não acolhimento. Inteligência dos arts. 370 e 371 do CPC. Desnecessidade de realização de prova pericial. Inovação recursal quanto às razões que justificariam o deferimento da prova almejada. Verbete nº 156 da Súmula deste Sodalício, segundo o qual "[a] decisão que defere ou indefere a produção de determinada prova só será reformada se teratológica". Mérito. Conflito de interesses que deve ser dirimido, in casu, à luz das regras de direito material e processual alusivas ao regime da responsabilidade civil contratual, na modalidade subjetiva, em atenção ao teor dos arts. 186 e 927, caput, ambos do CC. Flagrante inobservância do dever de cautela. Má condição da cerca que separa as raias

de corrida e treinamento patentemente demonstrada por meio de fotos. Material de proteção de impacto insuficiente. Previsibilidade da ocorrência de eventuais escapes de animais e dos perigos inerentes, de modo que o Réu deve assumir os riscos de seu próprio negócio. Falta de demonstração de culpa exclusiva dos treinadores do animal ou de seu proprietário. Higiene do nexo de causalidade, em atenção à natureza da lesão observada, cuja desconstituição é ônus da prova que cabe ao Réu. Presença de todos os pressupostos da responsabilização civil. Pretensa cláusula excludente do dever de reparar constante no art. 36, §3º, do chamado Código Nacional de Corridas. Extrapolação do limite de organização de competições, único ponto autorizado pela Lei nº 7.291/84 e pelo Decreto nº 96.993/88. Invasão do âmbito da competência legislativa privativa da União para tratar sobre direito civil (art. 22, I, CR/88). Réu que não se desincumbiu de seu onus probandi, deixando de acostar aos autos evidências mínimas acerca de quaisquer fatos modificativos, extintivos ou impeditivos do direito autoral (art. 373, II, do CPC). Dano moral. Verba fixada em R\$ 10.000,00 (dez mil reais). Observância dos Princípios da Proporcionalidade e da Razoabilidade. Verbete Sumular nº 343 desta Corte Estadual ("A verba indenizatória do dano moral somente será modificada se não atendidos pela sentença os princípios da proporcionalidade e da razoabilidade na fixação do valor da condenação"). Manutenção do decisum combatido. Incidência do disposto no art. 85, § 11º, do CPC, com a majoração dos honorários fixados em benefício do patrono do Autor. Conhecimento e desprovemento do recurso.

Acesse o link [Acórdãos Selecionados por Desembargador](#), no seguinte caminho: *Portal do Conhecimento* > Jurisprudência.

JULGADOS INDICADOS*

- [0001187-89.2015.8.19.0203](#) - Rel. Des. Celso Luiz de Matos Peres - j. 13/02/2019 e 22/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

- [TJRJ promove audiência de mediação entre Flamengo e representantes das vítimas do incêndio no Ninho do Urubu](#)

NOTÍCIAS STF*

- [1ª Turma mantém execução da pena de fazendeiro condenado pelo assassinato de Dorothy Stang](#)
- [Decano declara omissão legislativa e afirma que homofobia representa forma contemporânea de racismo](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [STJ atualiza banco de dados da Legislação Aplicada](#)
- [Relatora nega suspensão de ações contra acusados de promover o Estado Islâmico](#)
- [Continuidade delitiva reduz pena de empresário condenado por falsificar publicação de editais](#)
- [Empresas em recuperação podem celebrar contratos de factoring, decide Terceira Turma](#)
- [Decisão interlocutória sobre prescrição ou decadência deve ser impugnada por agravo de instrumento](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Consulta pública para simplificar cadastros nacionais termina na próxima semana](#)
- [Cadastro Nacional de Adoção ajudou a formar mais de 12 mil famílias desde 2008](#)

Inconstitucionalidades Indicadas

Atualizamos a Página de [Inconstitucionalidades Indicadas](#) com a disponibilização da Arguição Incidental de Inconstitucionalidade nº 0072776-68.2015.8.19.0001, Relator Des. Mauro Pereira Martins.

Ementa:

Arguição Incidental de Inconstitucionalidade. Art. 17 da Lei Estadual 6114/2011, que acabou por vedar a percepção do adicional por tempo de serviço aos servidores da carreira do executivo, afrontando o Art. 83, IX, da Constituição do Estado do Rio de Janeiro. Dispositivo Constitucional que é objeto de ADI no STF, ainda não julgada, prevalecendo, portanto, a presunção de constitucionalidade da norma. Adicional por tempo de serviço que é conferido em sede constitucional a todo o funcionalismo público civil estadual, sem qualquer ressalva. Conflito de normas a ser solucionado pelo critério hierárquico, pois ainda que a norma estadual seja posterior e especial, deve ser compatível com a norma hierarquicamente superior. Adicional por tempo de serviço que não possui a mesma natureza jurídica da progressão funcional horizontal. Fatos geradores distintos. Ausência de violação ao disposto no Art. 37, XIV, da Constituição da República. Precedente do STF. Incidente que se acolhe para declarar inconstitucional a parte inicial do parágrafo único do Art. 17 da Lei Estadual 6114/2011 (Vedação aos ocupantes dos cargos criados por esta Lei a percepção de qualquer parcela remuneratória que não as previstas neste artigo).

Para consultar outros julgados acesse a página no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > Jurisprudência > [Inconstitucionalidades Indicadas](#) > 2019.

JULGADOS INDICADOS*

- [0003847-51.2016.8.19.0064](#) - Re. Des. [Eduardo de Azevedo Paiva](#) - j. 20/02/2019 e p. 21/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

- [Acusado de matar mulher em Cabo Frio é condenado a 14 anos de prisão](#)
- [Imunidade parlamentar faz pedido de indenização de Bolsonaro a Jean Willys ser negado](#)

NOTÍCIAS STF*

- [1ª Turma mantém pagamento de pensão por morte à família de policial federal empossado mediante liminar](#)
- [Suspensa julgamento de HC em que se discute redução da pena de condenado por tráfico internacional de drogas](#)
- [Negado recurso de Jair Bolsonaro contra condenação por danos morais a deputada Maria do Rosário](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Informativo de Jurisprudência aborda analogia entre interceptação telefônica e espelhamento do WhatsApp](#)
- [Não cabe intervenção de terceiros na modalidade de oposição em ação de usucapião](#)
- [Confirmados danos morais a mulher que comprou bombom com larvas, mesmo sem ter comido](#)
- [Participação nos lucros não entra no cálculo da pensão alimentícia, decide Terceira Turma](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ arquiva representação por excesso de prazo por perda de objeto](#)
- [Prorrogado prazo da consulta pública sobre Selo Justiça em Números](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Suspensão de Prazos no Carnaval

Atualizamos o Informativo com as datas de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense durante o Carnaval.

MARÇO

SÁBADOS: 02, 09, 16, 23 e 30

DOMINGOS: 03, 10, 17, 24 e 31

01 (sexta-feira) - Decreto nº 46.577, de 14/02/2019 - Fica considerado ponto facultativo, apenas nas repartições públicas estaduais localizadas na Capital do Estado do Rio de Janeiro. (Publicação 15/02/2019)

[Aviso TJ nº 13/2019](#) - (Publicação 20/02/2019 - DJERJ, ADM, n. 114, p. 2.)

04, 05 e 06 (segunda-feira, terça-feira e quarta-feira da Semana do Carnaval) - Art. 66, inciso III da [Lei Estadual nº 6956, de 13/01/2015](#). (Publicação 14/01/2015 - DORJ-I, n. 8, p. 4.). Decreto nº 46.577, de 14/02/2019.

[Clique aqui e visualize as atualizações da Página - Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0045711-89.2015.8.19.0004](#) - Rel. Des. [Guaraci de Campos Vianna](#) - j. 13/06/2017 e p. 20/06/2017

EMENTÁRIO*

[Ementário de Jurisprudência Cível nº 03](#)
[Ementário das Turmas Recursais nº 01](#)

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Boletim SEDIF nº 31

Divulgado em 19/02/2019

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Tribunal convoca 191 concursados para a 1ª instância](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro determina remessa de inquérito contra ex-senador Edison Lobão à Justiça Federal de São Paulo](#)
- [Ministro nega pedido para suspender decisão que assegurou adicional de 25% a aposentada por idade do INSS](#)
- [Pendências do Legislativo não podem impedir renegociação da dívida pública do Estado do Pará](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Corte Especial reafirma nova sistemática relacionada aos recursos repetitivos](#)
- [Repetitivo definirá tese sobre prescrição para recebimento de benefício previdenciário](#)
- [Reserva de 40% dos honorários do administrador judicial se aplica apenas à falência, não à recuperação](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Acordo vai aprimorar dados do Judiciário sobre educação](#)
- [Conciliação será matéria obrigatória nos cursos de direito](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense

Importante fonte de consulta sobre as datas em que os prazos processuais foram suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. Contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Cumpre ressaltar, todo conteúdo disponível na página é meramente informativo e não substitui a publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ.

Acompanhem a atualização na página Informativo de [Suspensão de Prazos e de Expediente](#) Forense e encaminhe sugestões, elogios e críticas: seesc@tjrj.jus.br

JULGADOS INDICADOS*

- [0164080-46.2018.8.19.0001](#) - Rel^a. Des^a. Maria Angélica G. Guerra Guedes - j. 12/02/2019 e p. 19/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça decreta prisão preventiva de acusado de tentativa de feminicídio](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Mantida prisão de vereador de Mangaratiba \(RJ\) acusado de associação criminosa e peculato](#)
- [Ministro nega liminar a desembargadora do TJ-MS que pretendia retornar ao cargo](#)
- [Ministro considera que nova prisão de prefeito de Mauá \(SP\) afrontou decisão do STF](#)
- [OAB questiona limitação de valores de indenizações por danos morais nas relações de trabalho](#)
- [Ministra acolhe pedido da PGR e determina arquivamento de inquérito contra políticos do RN](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [A palavra do músico: streaming e a decisão do STJ sobre direitos autorais](#)
- [Regulamento de previdência complementar pode exigir joia para concessão de pensão pós-morte](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ Serviço: o que é o crime de importunação sexual?](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Sentenças Selecionadas

Permite a consulta a íntegra de [sentenças selecionadas](#), classificadas e organizadas com base na tabela do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. São sentenças diversas contemplando os mais variados temas. Trata-se de instrumento de pesquisa que tem

por objetivo a divulgação de sentenças relevantes aos magistrados e à comunidade jurídica, possibilitando a troca de conhecimento e agilizando a prestação jurisdicional.

A pesquisa com a expressão **desapropriação indireta** retorna o resultado abaixo, em Direito Administrativo:

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO / Domínio Público / Patrimônio Histórico / Tombamento

= Processo: 0000427-40.2002.8.19.0028

RELATÓRIO Trata-se de demanda ajuizada pelo MINISTÉRIO PÚBLICO em face de XXX, XXX, XXX, XXX, XXX, XXX na qual pleiteia a cominação de ordem para preservação e conservação de bem imóvel componente do patrimônio histórico e cultural do município. A petição inicial (f. 02/13) compõe-se dos seguintes fundamentos fático jurídicos: (a) XXX requereu ao Ministério Público a instauração de inquérito civil público, tendo em vista a alegação de que seu irmão e inventariante do espólio-réu estaria promovendo a destruição do conjunto arquitetônico onde se situava o Cine XXX, Avenida Rui Barbosa nº 253, Centro, Macaé; (b) foi instaurado o procedimento administrativo nº 76/99, iniciando-se a investigação; (c) foram requisitadas informações ao INEPAC, Prefeitura Municipal XXX e Fundação Municipal XXX; ...

APELACAO / REMESSA NECESSARIA: 0000427-40.2002.8.19.0028 - Autuado em 15/02/2018

DIREITO ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE DIREITO PÚBLICO / Intervenção do Estado na Propriedade / Desapropriação Indireta

= Processo: 0081536-08.2012.8.19.0002

Trata-se de ação indenizatória por desapropriação indireta, danos materiais e morais cumulada com repetição de indébito, proposta por ESPÓLIO DE XXX e ESPÓLIO DE XXX, em face do ESTADO DO RIO DE JANEIRO, alegando, em síntese, que: I) são proprietários do imóvel, objeto da presente demanda, tendo sofrido restrições de uso, gozo, destinação, entre outros, no referido imóvel, em virtude da criação do Parque Estadual da Serra da Tiririca, área de preservação permanente, criado pela Lei Estadual nº 5079/07; II) a área da propriedade dos mesmos está inserida no perímetro definitivo da área de preservação, o qual a lei declarou de utilidade pública; III) não houve depósito prévio para a transmissão da propriedade, porém houve limitação administrativa e econômica na mesma, o que

AGRAVO DE INSTRUMENTO - CÍVEL: [0045872-14.2015.8.19.0000](#) - Autuado em 20/08/2015

[Lei ordinária Nº 12651/2012 - Dispõe sobre a proteção da vegetação nativa; altera as Leis nºs 6.938, de 31/08/1981, 9.393, de 19/12/1996, e 11.428, de 22/12/2006; revoga ...](#)

= **Processo: 0003129-32.2011.8.19.0031**

DIREITO ADMINISTRATIVO. DESAPROPRIAÇÃO INDIRETA. VERDADEIRA DESAPROPRIAÇÃO OPERADA POR LEI. LAUDO PERICIAL. CONCORDÂNCIA DO AUTOR.. PREENCHIMENTO DOS REQUISITOS LEGAIS. SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA DO PEDIDO. Desapropriação por interesse público: PESET. Discordância do Réu quanto ao valor encontrado pelo perito. Ausência de impugnação específica. Requisitos legais devidamente cumpridos. Dano moral não configurado. Ausência de violação a dignidade do autor. Sentença de Parcial Procedência do Pedido. Trata-se de AÇÃO DE CONHECIMENTO ajuizada por XXX em face de XXXX alegando...

APELAÇÃO: 0003129-32.2011.8.19.0031 - Autuado em 13/07/2016

Para consultar a íntegra das sentenças e pesquisar outros assuntos, acesse a página no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > [Sentenças Selecionadas](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0051604-68.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Henrique Carlos de Andrade Figueira](#) - j. 29/01/2019 e p. 05/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

- [Caso João Roberto: ex-PM é absolvido](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Decano do STF inicia voto sobre omissão do Congresso Nacional em criminalizar homofobia](#)
- [Íntegra do voto do ministro Alexandre de Moraes sobre ensino domiciliar](#)
- [Ministro acolhe recurso do MPF e autoriza execução provisória de pena restritiva de direitos](#)
- [Plenário rejeita recurso de ex-vereador de Marília \(SP\) condenado por uso de documento falso](#)
- [Negada liminar para suspender ação penal contra desembargador aposentado do Ceará](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Terceira Turma reafirma dano moral coletivo contra banco por demora excessiva em filas](#)
- [Honorários devem seguir regra objetiva; equidade é critério subsidiário](#)
- [Criança mandada a abrigo deve ficar com pai registral até decisão final sobre veracidade do registro](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ intima juízes por não realizar audiência de custódia](#)
- [Prêmio Conciliar é Legal: DNA gratuito e sem burocracia](#)
- [Grupo de trabalho debate modelos de formulário para prevenir feminicídio](#)

Legislação Seleccionada

A página de Legislação Seleccionada do Portal do Conhecimento disponibiliza, para consulta, diversas normas jurídicas organizadas por Áreas do Direito e por Assunto.

Disponibilizamos no link Tradutor e Intérprete da Legislação por Assunto, a seguinte legislação:

Legislação Federal	
Legislação	Ementa
Lei nº 12.319, de 01/09/2010.	Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS.
Decreto nº 13.609, de 21/10/1943 Revogado pelo Decreto de 05/09/1991. Revogação tornada sem efeito pelo Decreto de 22/06/1993.	Estabelece novo Regulamento para o ofício de Tradutor Público e Intérprete Comercial no território da República.

Consulte outros assuntos no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento > Legislação > Legislação Seleccionada/ Legislação por Assunto](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0334007-78.2016.8.19.0001](#) - Rel. [Antônio Iloízio Barros Bastos](#) - j. 06/02/2019 e p. 08/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

- [Crianças e adolescentes não poderão entrar no Ninho do Urubu, decide Justiça](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Mantida pena de aposentadoria compulsória imposta a juíza do Amazonas](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Despesas de perícia determinada de ofício pelo magistrado devem ser rateadas antecipadamente pelas partes](#)
- [Quarta Turma autoriza penhora de 10% do rendimento líquido de aposentado para quitar honorários advocatícios](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [PJe vai incorporar sistema de penhora on-line](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Artigo Jurídico

Senhores Magistrados, solicitamos o envio de seu artigo jurídico, para ser disponibilizado na página dos [Artigos Jurídicos do Portal do Conhecimento](#) < Publicações < Doutrina.

Desde já agradecemos a valiosa contribuição de Vossa Excelência.

JULGADOS INDICADOS*

- [0072981-95.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. Francisco de Assis Pessanha Filho - j. 06/02/2019 e p.12/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

Comunicamos que hoje foi publicado, no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ), o [Ementário de Jurisprudência Cível nº 02](#), tendo sido selecionados, dentre outros, julgados quanto à queimaduras causadas em menor por instituição de ensino particular e reparação de área onde se despeja o lixo de um Município no Rio.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Cabral e Picciani têm bens bloqueados pela Justiça do Rio](#)
- [Ex-governador Pezão tem direitos políticos suspensos por cinco anos](#)

NOTÍCIAS STF*

- [2ª Turma assegura acesso a imagens de câmeras de segurança requeridas pela defesa de réu](#)
- [1ª Turma mantém decisão do CNJ que invalidou titularidades de cartórios judiciais no Paraná](#)
- [Caberá ao Plenário julgar Reclamação sobre audiências de custódia em casos de prisões cautelares](#)

- [2ª Turma mantém aposentadoria compulsória de juiz do RN que participava de esquema de venda de liminares](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Crime da 113 Sul: STJ mantém julgamento de Adriana Villela no tribunal do júri](#)
- [Na vigência do CPC de 1973, não há obrigação de intimar devedor de alimentos representado pela DP](#)
- [Terceira Turma afasta regra protetiva para evitar que prescrição prejudique interesse de menor](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Mais 10 tribunais aderem à programa para enfrentar crise do sistema prisional](#)
- [Tribunais começam a passar ao CNJ dados sobre obras públicas paradas](#)
- [CNJ disponibiliza nova versão do PJe para tribunais](#)
- [Decisão judicial de sustação de protesto não pode ser modificada pela Corregedoria](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

LEGISLAÇÃO SELECIONADA POR ÁREAS DO DIREITO

Atualizamos os links abaixo na página de Legislação Seleccionada por Áreas do Direito.

- [Direito Administrativo](#)
- [Direito Ambiental](#)
- [Direito Civil](#)
- [Direito Constitucional](#)
- [Direito da Criança do Adolescente e do Idoso](#)
- [Direito do Consumidor](#)
- [Direito Econômico](#)
- [Direito Empresarial](#)

- [Direito Financeiro](#)
- [Direito Penal](#)
- [Direito Previdenciário](#)
- [Direito Processual Civil](#)
- [Direito Tributário](#)

Consulte a página no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Legislação > Legislação Selecionada/ [Legislação Áreas do Direito](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0006594-64.2019.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Cintia Santarém Cardinali](#) - j. 12/02/2019 e p. 13/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Decreto nº 9.706, de 08/02/2019](#) - Concede indulto humanitário e dá outras providências.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Pesquisa “Quem somos. A magistratura que queremos” traça perfil dos magistrados brasileiros](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Falta de intimação do MP para atuar como fiscal da lei em ação de sua autoria pode gerar nulidade](#)
- [Corte Especial desafeta recurso para rediscutir Tabela Price e mantém tese de 2014](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Cejuscs garantem pagamento de quase R\\$ 200 milhões em acordos](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

LEGISLAÇÃO SELECIONADA

A página de [Legislação Seleccionada](#) do Portal do Conhecimento disponibiliza, para consulta, diversas normas jurídicas organizadas por Áreas do Direito e por Assunto.

Atualizamos o link [Acesso à Informação](#) em **Legislação por Assunto**, com o Decreto nº 9.690, de 23/01/2019, que altera o Decreto nº 7.724, de 16/05/2012, que, por sua vez, regulamenta a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 (Lei de Acesso à Informação).

Consulte outros assuntos no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento > Legislação > Legislação Seleccionada/ Legislação por Assunto](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0039686-67.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Gilberto Campista Guarino](#) - j. 12/12/2018 e p. 13/12/2018

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [TJRJ acolhe recurso de Garotinho contra prefeito de Campos](#)
- [Dono de égua que morreu no Jockey vai receber indenização](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro concede prazo para Município de Tietê reverter migração de regime jurídico de servidores](#)
- [Ministro suspende decisão contrária à livre manifestação de ideias em ambiente acadêmico](#)
- [Ministra rejeita nulidade de pena de condenado por sequestro de criança em São Paulo](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Ex-sócio não é responsável por obrigação contraída após sua saída da empresa](#)
- [Cirurgia plástica reparadora para paciente de bariátrica deve ser paga pelo plano de saúde](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Sistema do CNJ já armazena dados sobre mais 125 mil condenações](#)
- [Projeto que auxilia imigrantes venezuelanos vence Prêmio Conciliar é legal](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense

Importante fonte de consulta sobre as datas em que os prazos processuais foram suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. Contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Atualizamos a página com o Ato Executivo nº 35/2019, que suspendeu os prazos processuais, nos 1º e 2º graus de jurisdição, em todas as Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, no dia 07 de fevereiro de 2019, em razão da forte chuva que atingiu diversas Comarcas do Estado do Rio de Janeiro, dificultando o acesso regular de magistrados, funcionários, advogados e do público em geral às dependências do Poder Judiciário estadual;

Cumpramos ressaltar, todo conteúdo disponível na página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ.

Acompanhem a atualização na página [Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0004791-36.2017.8.19.0026](#) - Rel. Des. Des. Gilberto Campista Guarino - j. 29/01/2019 e p. 05/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

- [Acusado de derrubar helicóptero no Morro dos Macacos é condenado a 225 anos de reclusão](#)
- [TJRJ acolhe recurso de Garotinho contra prefeito de Campos](#)
- [Temporal no Rio: TJRJ decide suspender prazos processuais nesta quinta](#)
- [Justiça nega liminar para aumento do pedágio na Linha Amarela](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Plenário julga ações sobre piso salarial de médicos, legitimidade de associações e controle constitucional de normas municipais](#)
- [Honorários advocatícios em ação coletiva não podem ser fracionados, decide STF](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Afastada responsabilidade de concessionária por acidente fatal na Rodovia Ayrton Senna](#)
- [Comissão entrega anteprojeto para atualização da Lei de Drogas](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Seminário vai debater saúde de magistrados e servidores do Judiciário](#)
- [Violência doméstica: tornozeleiras garantem cumprimento de medidas protetivas](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa

O Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro tem como finalidade estabelecer as regras para elaboração e utilização dos atos e documentos que veiculam as diretrizes institucionais do Poder Judiciário fluminense. Instituído pela Resolução nº 06/2014 do Egrégio Órgão Especial do TJERJ, o Manual uniformiza o modo de elaboração e a forma de veiculação das comunicações oficiais do PJERJ.

Consulte a página no novo caminho: [Portal do Conhecimento > Publicações > Institucional > Manual de Elaboração de Atos Formais de Gestão Administrativa](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0080844-41.2014.8.19.0001](#) - Rel. Des. [Sérgio Nogueira de Azeredo](#) - j. 06/02/2019 e p. 08/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

[Ementário de Jurisprudência Cível nº 01](#)

NOTÍCIAS STF*

- [STF confirma inaplicabilidade do prazo em dobro para recurso em processo de controle de constitucionalidade](#)
- [Plenário reafirma jurisprudência sobre degravação de interceptações telefônicas](#)
- [Ministro Fachin determina remessa de mais um inquérito contra Temer à Justiça Federal do DF](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Notificação extrajudicial pode ser usada para constituir donatário em mora em caso de doação com encargo sem prazo determinado](#)
- [Conselheiro do TCE de Alagoas é condenado à perda do cargo por prevaricação e declaração falsa](#)
- [Quarta Turma decide que é preciso perícia para verificar imitação de trade dress](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Consulta pública trata sobre novo Selo Justiça em Números](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

[Acórdãos Selecionados por Desembargador](#)

A página veicula os julgados de conteúdo relevante e de interesse para os operadores do Direito e para a sociedade em geral. A atualização é realizada gradativamente, motivo pelo qual não constam todos os Desembargadores do TJERJ.

Para construção da referida página, necessitamos de acórdão e decisão monocrática selecionados pelos Excelentíssimos Desembargadores. Para tanto, é necessário que seja encaminhado apenas o número do recurso para o e-mail: seesc@tjrj.jus.br.

Desde já, agradecemos a valiosa contribuição de Vossas Excelências por incrementarem o compartilhamento e a disseminação da informação com a comunidade jurídica.

Navegue e conheça as novas atualizações na página de cada Desembargador em [Acórdãos Selecionados por Desembargador](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0045112-60.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. Adolpho Correa de Andrade Mello Junior - j. 05/02/2019 e p. 07/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS STF*

- [1ª Turma mantém punição de juíza envolvida no caso de prisão de adolescente em cela masculina no Pará](#)
- [Suspensão julgamento que discute se importação de arma de pressão configura contrabando ou descaminho](#)
- [2ª Turma anula provas apreendidas em domicílios que não constavam do mandado judicial](#)
- [Ministro rejeita trâmite de habeas corpus impetrado em favor de ex-secretário de Saúde do RJ](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Segunda Seção é competente para julgar restituição de valores pagos por extensão de rede elétrica](#)
- [Hospital vai indenizar família impedida de amamentar bebê por falso diagnóstico de HIV](#)
- [Sexta Turma concede liberdade a engenheiros presos após rompimento de barragem em Brumadinho \(MG\)](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Conciliar é Legal: CNJ entrega prêmios aos vencedores da IX edição](#)
- [CNJ instaura processo disciplinar e afasta juiz acusado de assédio sexual](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense

Importante fonte de consulta sobre as datas em que os prazos processuais foram suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. Contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Visualize os atos (publicados) em janeiro/2019.

- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 01, DE 07/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 02, DE 07/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 03, DE 08/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 04, DE 08/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 05, DE 08/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 06, DE 09/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 07, DE 10/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 08, DE 11/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 09, DE 14/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 11, DE 15/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 12, DE 15/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 13, DE 16/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 14, DE 16/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 15, DE 16/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 18, DE 17/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 20, DE 22/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 21, DE 22/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 22, DE 25/01/2019](#)
- [ATO EXECUTIVO TJ Nº 121, DE 24/01/2019](#)

Navegue na página [Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#)

Navegue na página [Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#).
Cumpre ressaltar, todo conteúdo disponível na página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ.

JULGADOS INDICADOS*

- [0017393-50.2016.8.19.0008](#) - Rel. Des. Henrique Carlos de Andrade Figueira - j. 29/01/2019 e p. 05/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Audiência especial vai buscar solução para taxas do Detran-RJ](#)
- [Justiça concede nova liminar restabelecendo cobrança de pedágio na Linha Amarela](#)
- [Jovens baleados por policiais militares em São Gonçalo têm prisão revogada](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro Fachin determina baixa de inquéritos envolvendo ex-presidente Temer a instâncias ordinárias](#)
- [Ministro Barroso remete denúncia contra Michel Temer para Justiça Federal do DF](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Negado recurso do jornal O Estado de S. Paulo contra condenação por notícia considerada ofensiva](#)
- [Segunda Seção fixa em repetitivo três novas teses sobre direito bancário](#)
- [Homem acusado de matar ex-amante com faca de cozinha vai continuar preso](#)
- [Para Primeira Turma, perda do cargo por improbidade está vinculada à função que serviu para prática do ato ilícito](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Sessão plenária: CNJ julga questionamentos a atos de tribunais](#)
- [Plataforma que acompanha gastos eleitorais facilita fiscalização do cidadão](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Coletânea dos Atos Oficiais do PJERJ

Página do [Portal do Conhecimento](#) que disponibiliza uma compilação de normas selecionadas por temas de interesse precípua das serventias da Corregedoria Geral da Justiça, organizada a partir de pesquisa desenvolvida pelo MM. Dr. Juiz de Direito FABIO PORTO do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Seguem os principais títulos da referida Coletânea:

- [Estrutura e Funcionamento](#)
- [Fiscalização e Disciplina](#)
- [Serventias Judiciais](#)
- [Serventias Extrajudiciais](#)
- [Matéria de Pessoal](#)
- [Pareceres e Decisões Administrativas](#)
- [Grupo Emergencial de Auxílio Programado - GEAP](#)
- [Grupo Regional Especial de Apoio Cartório - GREAC](#)

A Coletânea dos Atos Oficiais, atualizada em 01/02/2019, pode ser acessada no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Legislação > [Coletânea dos Atos Oficiais](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0072430-06.2015.8.19.0038](#) - Rel^a. Des^a. [Cristina Tereza Gaulia](#) - j. 29/01/2019 e p. 05/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça bloqueia mais de R\\$1 milhão da Prefeitura do Rio](#)
- [Músico acusado de morte de turista argentino tem pedido de relaxamento de prisão negado](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Ministro Marco Aurélio nega trâmite a reclamação de Flávio Bolsonaro](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Andamento de ação penal contra Beto Richa e irmão é suspenso até julgamento de habeas corpus](#)

- [Restabelecida liberdade provisória a homem flagrado com arma de uso restrito](#)
- [Concedida liberdade ao ex-governador Beto Richa; salvo-conduto evita nova prisão](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ e USP se reúnem para diagnóstico da judicialização da saúde no país](#)
- [Maria da Penha: RJ cumpre 95% das deliberações judiciais em 2 anos](#)
- [Acordo acaba com 30 anos de litígio e encerra quase 1 milhão de processos](#)
- [CNJ e CNMP criam observatório para dar resposta célere a catástrofes](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Artigos Jurídicos

Senhores Magistrados, solicitamos o envio de seu artigo jurídico, para ser disponibilizado na página dos [Artigos Jurídicos do Portal do Conhecimento < Publicações < Doutrina](#).

Desde já agradecemos a valiosa contribuição de Vossa Excelência.

JULGADOS INDICADOS*

- [0003563-39.2015.8.19.0206](#) - Rel. Des^a. [Natacha Nascimento Gomes Tostes Gonçalves de Oliveira](#) - j. 31/01/2019 e p. 01/02/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça impõe medidas cautelares a médico acusado por morte de paciente](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Negada liminar a viúva de ex-titular de serventia extrajudicial que buscava manter-se como tabeliã interina](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Suspensas execuções trabalhistas contra Galileo Educacional](#)
- [Morte de consignante não extingue dívida, e espólio deve ser usado no pagamento](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Correlação da Tabela do CNJ com os Verbetes Sumulares do TJERJ

Página do Portal do Conhecimento que correlaciona os Verbetes Sumulares do TJERJ com a Tabela Unificada do CNJ. A consulta pode ser realizada por meio de 2 (dois) índices: o analítico ou o remissivo.

Para consultar a íntegra da tabela, acesse o link no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento > Súmulas > Súmulas por Assuntos do CNJ](#)

[Clique aqui](#) para acessar as Súmulas por Assuntos do CNJ.

JULGADOS INDICADOS*

- [0039610-52.2009.8.19.0002](#) - Rel. Des. Horácio dos Santos Ribeiro Neto - j. 29/01/2019 e p. 31/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

Boletim SEDIF nº 18

Divulgado em 30/01/2019

COMUNICADO

Ementário de Jurisprudência Criminal nº 02

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8298, de 21/01/2019](#) - altera a Lei 4191 de 2003 que estabelece a política estadual de resíduos sólidos, definindo normas para disposição de resíduos sólidos em área de aquífero.
- [Lei Estadual nº 8297, de 21/01/2019](#) - modifica o § 2º do artigo 1º da Lei nº 5.628, de 29/12/2009, que institui o bilhete único nos serviços de transporte coletivo intermunicipal de passageiros na região metropolitana do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8291, de 21/01/2019](#) - dispõe sobre a venda de sinalizadores de emergência no âmbito do Estado do Rio de Janeiro, alterando a Lei nº 6.965, de 02/03/2015 e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8290, de 21/01/2019](#) - determina que os cursos de informática, lan houses, cyber cafés e congêneres disponibilizem, ao menos, um computador que permita sua utilização por deficientes visuais.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça revoga prisão de mototaxista acusado de roubo](#)
- [Desembargador Claudio de Mello Tavares tomará posse na Presidência do TJRJ no próximo dia 4](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Negada liminar que buscava impedir candidatura de senadores que figurem como réus no STF](#)
- [Toffoli autoriza encontro de Lula com familiares em razão do falecimento do irmão do ex-presidente](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Obrigação de pagar alimentos não pode ser transferida ao espólio](#)
- [STJ substitui prisão de chefe de gabinete do ex-governador Beto Richa por medidas alternativas](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ e tribunais iniciam diagnóstico das obras paralisadas](#)
- [PJe: Equipe do CNJ discute adesão da Justiça fluminense à plataforma](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Legislação Ambiental Municipal

A página de [Legislação Ambiental Municipal](#) organiza e relaciona a legislação ambiental por prefeituras, com links para os respectivos sites, facilitando a pesquisa à íntegra da norma.

Acesse a página no seguinte caminho: [Consultas > Portal do Conhecimento > Legislação > Legislação Ambiental Municipal > Prefeituras](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0153525-10.1994.8.19.0001](#) - Rel. Des. [Edson Vasconcelos](#) - j. 28/01/2019 e p. 30/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Condenado ex-presidente da Câmara dos Vereadores de Casimiro de Abreu por exigir parte dos vencimentos de servidores](#)
- [TJ do Rio dispensa terno e gravata para advogados no verão](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Suspensa decisão do TJ-AM que determinou a retirada do ar de reportagens sobre senador](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Espólio tem legitimidade para propor anulação de doação e restabelecer bens da herança](#)
- [Mantida prisão preventiva de acusado de fraudar concursos no Pará](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Depoimento especial: Volta Redonda forma entrevistadores especializados](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense

Importante fonte de consulta sobre as datas em que os prazos processuais foram suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. Contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro. Cumpre ressaltar, todo conteúdo disponível na página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ.

Acompanhem a atualização na página [Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0002483-37.2019.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Ricardo Rodrigues Cardozo](#) - j. 28/01/2019 e p. 29/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Decreto nº 9.692, de 25/01/2019](#) - Altera o Decreto nº 9.454, de 01/08/2018, para dispor sobre a extensão do prazo para a apuração e a liquidação entre créditos e débitos existentes entre os beneficiários e a União ao fim da concessão de subvenção econômica à comercialização do óleo diesel rodoviário.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Liminar suspende cobrança de taxas de licenciamento do Detran-RJ](#)
- [CNJ faz reunião com equipe do TJRJ sobre implantação do Processo Judicial Eletrônico \(PJe\)](#)
- [Coem promove reunião com representantes da Polícia Civil](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Repercussão geral: 27 temas tiveram suspensão nacional de processos determinada por relatores](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Data de publicação dos embargos de declaração determina regra para contagem do prazo recursal](#)
- [Mantida prisão de acusado de feminicídio em Contagem \(MG\)](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Aberta consulta pública para atualização de oito cadastros nacionais](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Legislação Ambiental

Atualizamos o link [Resíduos Sólidos](#) na página de Legislação Ambiental.

Acesse a página no seguinte caminho: Portal do Conhecimento > Legislação > [Legislação Ambiental](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0202462-50.2014.8.19.0001](#) - Rel^a. Des^a. [Cristina Tereza Gaulia](#) - j. 22/01/2019 e p. 28/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

Hoje (25/01/2018) foi publicado, no Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro, o **Aviso TJ nº 07/2019** comunicando que a Seção Cível, por maioria, fixou nos autos do Incidente de Resolução de Demandas Repetitivas nº 0021143-84.2016.8.19.0000, a seguinte tese jurídica:

“1- As progressões por tempo de serviço, e as promoções, consoante previstas no art. 13, 14, 15 e 16 da LC 100/2009 e regulamentadas pela LC 135/2014 terão como termo inicial o capitulado pelo art. 12, incisos III e IV desta última lei complementar municipal; 2- Em obediência à Súmula Vinculante nº 37, quaisquer enquadramentos, ou reenquadramentos, no cargo ou carreira dos integrantes da GM-RIO não poderão ser entendidos de forma retroativa; não sendo devidas quaisquer diferenças remuneratórias entre o termo final de vigência do caput do art. 16 da LC municipal 100/2009 e o termo inicial de vigência da LC municipal 135/2014; 3- A remuneração dos integrantes da GM-RIO, bem como seu realinhamento, ocorrerá nos exatos termos dos arts. 13 e ss. da LC 135/2014.”

[Leia a Aviso na íntegra](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Policial condenado por matar amigo da ex-mulher em Macapá deve continuar preso](#)
- [Renúncia ao direito em ação renovatória não exime autor do pagamento de aluguéis devidos](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Judicialização da saúde: Rio prepara plataforma online de conciliação](#)
- [Justiça se prepara para aderir aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável](#)
- [PJe: sistema chega a todas as zonas eleitorais do país até o fim de 2019](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Correlação da Tabela do CNJ com os Verbetes Sumulares do TJERJ

Página do Portal do Conhecimento que correlaciona os Verbetes Sumulares do TJERJ com a Tabela Unificada do CNJ. A consulta pode ser realizada por meio de 2 (dois) índices: o analítico ou o remissivo.

Para consultar a íntegra da tabela, acesse o link no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento > Súmulas > Súmulas por Assuntos do CNJ > Correlação dos assuntos relacionados na Tabela Unificada do CNJ com os Verbetes Sumulares.](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0039728-42.2016.8.19.0209](#) - Rel. Des. Werson Rêgo - j. 23/01/2019 e p. 25/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Decreto nº 9.690, de 23/01/2019](#) - Altera o Decreto nº 7.724, de 16/05/2012, que regulamenta a Lei nº 12.527, de 18/11/2011 - Lei de Acesso à Informação.

NOTÍCIAS STF*

- [Regimento Interno disciplina normas de tramitação e de julgamento de processos e serviços do STF](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Exclusão de cobertura securitária em complicações de gravidez e tratamentos médicos é abusiva](#)
- [Presidente do STJ nega liminar a suposto líder de organização criminosa de Porto Alegre](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ e PNUD avançam em programa voltado a superar crise no sistema prisional](#)
- [CNJ abrirá consulta pública para atualização de oito cadastros nacionais](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Sentenças Selecionadas

Permite a consulta a íntegra de sentenças selecionadas, classificadas e organizadas com base na tabela do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. São sentenças diversas contemplando os mais variados temas. Trata-se de instrumento de pesquisa que tem por objetivo a divulgação de sentenças relevantes aos magistrados e à comunidade jurídica, possibilitando a troca de conhecimento e agilizando a prestação jurisdicional. A pesquisa com o Termo "Direito de Imagem" apresenta diversas sentenças que abordam a expressão na classificação ou no conteúdo da decisão. Relacionamos algumas dessas sentenças apresentadas no ramo do Direito Civil:

[0152843-83.2016.8.19.0001](#)

[0262169-41.2017.8.19.0001](#)

[0320097-86.2013.8.19.0001](#)

[0204683-40.2013.8.19.0001](#)

[0273870-72.2012.8.19.0001](#)

[0409114-02.2014.8.19.0001](#)

[0084167-28.2013.8.19.0021](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0087843-39.2016.8.19.0001](#) - Rel. Des. Luiz Fernando de Andrade Pinto - j. 23/01/2019 e p. 24/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

Boletim SEDIF nº 13

Divulgado em 23/01/2019

COMUNICADO

Comunicamos que hoje (23/01/2019) foi publicado, no Diário da Justiça Eletrônico (DJERJ), o [Ementário de Jurisprudência Criminal nº 01](#), tendo sido selecionado, dentre outros, julgado quanto à importunação sexual realizada dentro de transporte público.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Oficiais da PM são condenados por corrupção em licitação do Fundo de Saúde da corporação](#)
- [Bloqueados bens de Eduardo Paes por licitação de serviço médico na visita do Papa ao Rio](#)
- [Justiça manda soltar rapaz confundido com assassino em Guaratiba](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Georreferenciamento de imóvel rural só é obrigatório em caso de alteração de registro imobiliário](#)
- [Acusado de liderar quadrilha de tráfico na Região dos Lagos \(RJ\) vai continuar na prisão](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Por pressão do crime organizado, processos de júri popular mudam de comarca](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Coletânea de Atos Oficiais do PJERJ

Página do [Portal do Conhecimento](#) que disponibiliza uma compilação de normas selecionadas por temas de interesse precípua das serventias da Corregedoria Geral da Justiça, organizada a partir de pesquisa desenvolvida pelo MM. Dr. Juiz de Direito FABIO PORTO do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Seguem os principais títulos da referida Coletânea:

[Estrutura e Funcionamento](#)

[Fiscalização e Disciplina](#)

[Serventias Judiciais](#)

[Serventias Extrajudiciais](#)

[Matéria de Pessoal](#)

[Pareceres e Decisões Administrativas](#)

[Grupo Emergencial de Auxílio Programado - GEAP](#)

[Grupo Regional Especial de Apoio Cartório - GREAC](#)

Acesse a Página [Coletânea dos Atos Oficiais do PJERJ](#) no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > Legislação.

JULGADOS INDICADOS*

- [0067073-57.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Antonio José Ferreira Carvalho](#) - j. 08/12/2018 e p. 23/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS STF*

- Ministro remete à Justiça Federal ação popular contra candidatura de Renan Calheiros à Presidência do Senado

NOTÍCIAS STJ*

- [Cabe à Justiça castrense julgar crime de militar contra patrimônio militar anterior à Lei 13.491](#)
- [STJ mantém secretário municipal de Fazenda de São Miguel de Guaporé \(RO\) suspenso do exercício da função](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Legislação Ambiental Municipal

A página de [Legislação Ambiental Municipal](#) organiza e relaciona a legislação ambiental por prefeituras, com links para os respectivos sites, facilitando a pesquisa à íntegra da norma.

Acesse a página no seguinte caminho: [Portal do Conhecimento](#) > Legislação > Legislação Ambiental Municipal > Prefeituras.

JULGADOS INDICADOS*

- [0016316-69.2017.8.19.0008](#) - Rel. Des. Gilberto Campista Guarino - j. 12/12/2018 e p. 13/12/2018

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Medida Provisória nº 871, de 18/01/2019](#) - Institui o Programa Especial para Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade, o Programa de Revisão de Benefícios por Incapacidade, o Bônus de Desempenho Institucional por Análise de Benefícios com Índícios de Irregularidade do Monitoramento Operacional de Benefícios e o Bônus de Desempenho Institucional por Perícia Médica em Benefícios por Incapacidade, e dá outras providências.

NOTÍCIAS STJ*

- [Negado pedido para corte no ponto de servidores grevistas de Natal - RN](#)
- [Terceiro interessado também pode propor ação de levantamento de curatela](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Sentenças Seleccionadas

Permite a consulta a íntegra de [sentenças selecionadas](#), classificadas e organizadas com base na tabela do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. São sentenças diversas contemplando os mais variados temas. Trata-se de instrumento de pesquisa que tem por objetivo a divulgação de sentenças relevantes aos magistrados e à comunidade jurídica, possibilitando a troca de conhecimento e agilizando a prestação jurisdicional.

A pesquisa com o Termo "Fornecimento de medicamento" retorna o resultado abaixo, em Direito Administrativo:

- [0010380-25.2015.8.19.0011](#)
- [0024879-87.2017.8.19.0061](#)
- [0007666-18.2013.8.19.0026](#)
- [0003410-08.2014.8.19.0055](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0203413-39.2017.8.19.0001](#) - Rel. Des. Luiz Roberto Ayoub - j. 18/12/2018 e p. 21/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Desembargador esclarece dúvidas na nova legislação sobre contrato imobiliário](#)
- [Justiça condena chefe de tráfico por comandar, por celular, tortura de adolescente](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Partido questiona no STF decreto sobre posse de armas](#)
- [Fux defere medida cautelar até que o relator analise a Reclamação do senador Flávio Bolsonaro](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Acusado de participar da “Chacina do Uber” permanecerá em prisão preventiva](#)
- [Interesse do menor não pode ser invocado para justificar adoção irregular sem consentimento dos pais](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Audiência de custódia: com 19 mil, Rio triplica atendimento em 2018](#)
- [Campanha de incentivo à adoção tardia vence o Prêmio Innovare](#)
- [CNJ soma esforço com União Europeia para enfrentar violência contra a mulher](#)
- [CNJ abre procedimento para apurar manifestação de desembargadora do TJRJ](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Correlação dos Verbetes Sumulares

A página de [Correlação dos Verbetes Sumulares](#) organiza por assunto a Súmula do TJERJ, do STF e do STJ.

Acesse a página no seguinte caminho: Portal do Conhecimento/ Súmulas / Súmulas do TJRJ e Tribunais Superiores.

JULGADOS INDICADOS*

- [0072250-02.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. Gabriel de Oliveira Zefiro - Dm. 16/01/2019 e p. 18/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

Boletim SEDIF nº 9

Divulgado em 17/01/2019

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Desembargador indica cuidados para o consumidor aproveitar o verão](#)
- [Juiz destaca importância de depoimento especial de crianças vítimas de violência](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [STJ nega liberdade provisória a homem cuja acusação usou provas obtidas do WhatsApp](#)
- [Negada liminar a policial acusado de homicídio motivado por briga entre famílias em Floresta \(PE\)](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [CNJ realiza primeira sessão plenária do ano em 5 de fevereiro](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense

Importante fonte de consulta sobre as datas em que os prazos processuais foram suspensos em razão de feriados ou por não ter havido expediente forense. Contempla todas as Comarcas e todos os fóruns do Poder Judiciário do Estado do Rio de Janeiro.

Cumprе ressaltar, todo conteúdo disponível na página é meramente informativo, não substitui em hipótese alguma, a publicação do Diário da Justiça Eletrônico do Estado do Rio de Janeiro - DJERJ.

Acompanhem a atualização na página [Informativo de Suspensão de Prazos e de Expediente Forense](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0051635-87.2015.8.19.0002](#) - Rel. designado Des. Fernando Cerqueira Chagas - j. 07/11/2018 e p. 06/12/2018

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Decreto Federal nº 9.685, de 15/01/2019](#) - Altera o Decreto nº 5.123, de 01/07/2004, que regulamenta a Lei nº 10.826, de 22/12/2003, que dispõe sobre registro, posse e comercialização de armas de fogo e munição, sobre o Sistema Nacional de Armas - SINARM e define crimes.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça do Rio atinge a marca de quase 20 mil audiências de custódia](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [STJ indefere pedido de transferência de Delúbio Soares para presídio de Goiás ou do DF](#)
- [STJ nega revogação de prisão temporária a investigado na Operação Pityocampa](#)
- [Banco não responde por dano a terceiro que recebe cheque sem fundos de seu correntista](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Ministro Aloysio Corrêa da Veiga assume Corregedoria do CNJ interinamente](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Inconstitucionalidades Indicadas

Atualizamos a Página de [Inconstitucionalidades Indicadas](#) no [Portal do Conhecimento](#) para divulgar os processos abaixo relacionados (art. 103, caput e parágrafo 1º e 109 do REGITJRJ e art. 28, parágrafo único da Lei nº 9.868/1999).

- **0026836-15.2017.8.19.0000 - DES. CARLOS SANTOS DE OLIVEIRA**

Legislação: Emenda nº 3 de 2007 à Lei Orgânica do Município de Rio Bonito - altera o artigo 16, da Lei Orgânica do Município.

Assunto: REPRESENTAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE. EMENDA Nº 3/2017 À LEI ORGÂNICA DO MUNICÍPIO DE RIO BONITO. DEFINIÇÃO DE CRIME DE RESPONSABILIDADE. VÍCIO FORMAL. COMPETÊNCIA LEGISLATIVA DA UNIÃO. INOBSERVÂNCIA À SIMETRIA CONSTITUCIONAL. VÍCIO MATERIAL. VIOLAÇÃO

À SEPARAÇÃO DOS PODERES. DECLARAÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE DA LEI, COM EFICÁCIA EX TUNC.

- **0026894-82.1998.8.19.0000 (1998.007.00047) - DES. DILSON NAVARRO**

Legislação: Lei 2621, de 02/04/1998 do Município do Rio de Janeiro.

Assunto: Lei 2621/98, do Município do Rio de Janeiro. Representação de Inconstitucionalidade porque referida Lei tratou de instituir programa de interação de esforços comunitários, públicos e empresariais, beneficiando atividades de preservação da saúde, a serem desenvolvidas em áreas de uso comum. Alegação de vício originário, tratando-se de matéria não proposta pelo Executivo, e atinente a atribuições de seus órgãos. Procedência parcial, apenas quanto ao art. 6º, quando o legislador invadiu a área do executivo, determinando os órgãos que deveriam atuar na efetivação do Programa.

JULGADOS INDICADOS*

- [0321501-80.2010.8.19.0001](#) - Rel. Des. Adriano Celso Guimarães - j. 04/12/2018 e p. 16/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

COMUNICADO

O Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro lançou o [Portal do Conhecimento](#) na internet, resultado de parceria entre o Departamento de Gestão dos Acervos do Conhecimento, da DGCOP, e a Diretoria-Geral de Tecnologia da Informação e Comunicação do TJRJ. O Portal pode ser acessado pelo site do TJRJ ou pelo endereço <http://conhecimento.tjrj.jus.br/>. Desenvolvido com dados do Banco do Conhecimento - que reúne jurisprudência, legislação, doutrina e memória institucional - o portal absorve e amplia conteúdos, dá suporte no processo de tomada de decisões judiciais e administrativas, além de favorecer a comunicação com a sociedade civil.

EDIÇÃO DE LEGISLAÇÃO*

- [Lei Estadual nº 8287, de 14/01/2019](#) - Determina a obrigatoriedade do fornecimento do protocolo de atendimento por parte dos estabelecimentos que realizam assistência técnica a consumidores de produtos e serviços e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8289, de 14/01/2019](#) - Torna obrigatória a disponibilização de documento fiscal por estabelecimentos comerciais que prestam serviço de entrega ao cliente.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Estado é condenado a indenizar duas famílias por desapropriação na Serra da Tiririca](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Capitão da PM acusado de matar adolescente e ferir outro por vingança continua em preventiva](#)
- [Seguro habitacional cobre vícios ocultos mesmo após quitação do contrato](#)
- [Estado de saúde justifica concessão de prisão domiciliar para deputado Chiquinho da Mangueira](#)

PORTAL DO CONHECIMENTO*

Ementários de Jurisprudência: 81.875 acessos em 2018

Os [Ementários de Jurisprudência do Pjerj](#), fonte de conhecimento e instrumento de pesquisa, são organizados pelo Serviço de Publicações Jurisprudenciais (DICAC/SEJUR), sob a supervisão da Comissão de Jurisprudência, presidida pelo Desembargador GILBERTO CAMPISTA GUARINO. Na seleção das decisões que vão

compor os Ementários, dá-se preferência aos julgados mais relevantes, inovadores e controversos.

A página dos Ementários de Jurisprudência teve 81.875 acessos de janeiro a dezembro de 2018, registrados pelo Google Analytics.

JULGADOS INDICADOS*

- [0011138-32.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. Alexandre Freitas Câmara - j. 13/12/2018 e p. 15/01/2018

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [No Juizado Especial de Copacabana quase 30% das ações envolve idosos](#)
- [Notícia falsa sobre Plantão Judiciário está circulando nas redes sociais](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Liminar restabelece efeitos de decreto presidencial sobre exploração de petróleo e venda de ativos da Petrobras](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Negado pedido de liberdade a policial acusado de lucrar com transporte irregular de passageiros no DF](#)
- [Falta de comprovação de boa-fé impede reconhecimento de união estável com homem casado não separado de fato](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Defensores públicos asseguram direitos à população de rua](#)
- [Corregedor do CNJ não reconhece violação ao Provimento 71 em tuíte de juiz](#)

BANCO DO CONHECIMENTO*

Sentenças Selecionadas

Permite a consulta a íntegra de [sentenças selecionadas](#), classificadas e organizadas com base na tabela do Conselho Nacional de Justiça - CNJ. São sentenças diversas contemplando os mais variados temas. Trata-se de instrumento de pesquisa que tem por objetivo a divulgação de sentenças relevantes aos magistrados e à comunidade jurídica, possibilitando a troca de conhecimento e agilizando a prestação jurisdicional.

Seguem duas sentenças inseridas no ramo do Direito Civil:

- [0301574-60.2012.8.19.0001](#) - Exploração comercial da imagem de atriz, sem qualquer autorização ou contrato, induzindo falsamente consumidoras/fãs a acreditarem que o produto era maravilhoso porque utilizado por renomadas e belas atrizes.
- [0308924-26.2017.8.19.0001](#) - Inverdades proferidas em entrevista. Afirmações, sem provas, ofensivas a pessoa do autor. Comprovação de dano e nexo de causalidade entre este e a conduta da parte ré que não se desincumbiu de comprovar aquilo que afirmou acerca da pessoa do autor, ensejando compensação a título de dano moral.

JULGADOS INDICADOS*

- [0067495-66.2017.8.19.0000](#) - Rel. Des. Gilberto Campista Guarino - j. 12/12/2019 e 14/12/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Boletim SEDIF nº 5

Divulgado em 11/01/2019

LEGISLAÇÃO*

- [Lei Federal nº 13.806, de 10/01/2019](#) - Altera a Lei nº 5.764, de 16/12/1971, que define a Política Nacional de Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, para atribuir às cooperativas a possibilidade de agirem como substitutas processuais de seus associados.
- [Lei Federal nº 13.805, de 10/01/2019](#) - Altera as Leis nºs 9.012, de 30/03/1995, e 8.036, de 11/05/1990, a fim de exigir certidão que comprove inexistência de débito com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) para concessão, com lastro em recursos públicos, de crédito e de benefícios a pessoas jurídicas.
- [Lei Federal nº 13.804, de 10/01/2019](#) - Dispõe sobre medidas de prevenção e repressão ao contrabando, ao descaminho, ao furto, ao roubo e à receptação; altera as Leis nºs 9.503, de 23/09/1997 (Código de Trânsito Brasileiro), e 6.437, de 20/08/1977. [Mensagem de veto](#)
- [Lei Federal nº 13.803, de 10/01/2019](#) - Altera dispositivo da Lei nº 9.394, de 20/12/1996, para obrigar a notificação de faltas escolares ao Conselho Tutelar quando superiores a 30% (trinta por cento) do percentual permitido em lei.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Decisão bloqueia bens de ex-governadores Cabral e Pezão, além de parlamentares da Alerj](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [STJ mantém prisão preventiva de suspeito investigado por roubo a lotérica](#)
- [Vereador de Londrina \(PR\) investigado por suspeita de propina continuará a usar tornozeleira](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Crimes ambientais: projeto prevê recuperação de áreas degradadas](#)

BANCO DO CONHECIMENTO*

Banco do Conhecimento do PJERJ: 4.454.087 acessos à página em 2018

O Banco do Conhecimento é composto precipuamente por jurisprudência do TJERJ, súmulas e enunciados, acórdãos selecionados por Desembargador, banco de sentenças, banco de ações civis públicas, ementários de jurisprudência, informativo de suspensão de prazos e de expediente forense, precedentes, pesquisa selecionada, coletânea dos atos oficiais do PJERJ e legislação selecionada.

Criado em 2003, é atualizado diariamente, sendo constituído de acervo selecionado captado, internamente e no ambiente externo, disponibilizado de forma estruturada mediante portal corporativo, destinado a facilitar a realização das atividades jurídico administrativas da Instituição.

JULGADOS INDICADOS*

- [0017976-97.2014.8.19.0204](#) - Rel. Des. [Adriano Celso Guimarães](#) - j. 27/11/2018 e p. 11/01/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

Boletim SEDIF nº 4

Divulgado em 10/01/2019

NOTÍCIAS TJRJ*

- [TJRJ começa a pagar precatórios do Estado do Rio referentes a 2017](#)
- [Justiça determina execução de obras de acessibilidade em estação da SuperVia](#)
- [Liminar suspende interdição de cemitérios de Duque de Caxias](#)
- [Clarissa Garotinho é condenada a pagar indenização por danos morais](#)
- [Bens do ex-governador Luis Fernando Pezão são bloqueados em decisão liminar](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Liminar mantém votação secreta para cargos da Mesa Diretora do Senado](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Negado pedido de liberdade a empresário preso por suposta participação em fraudes na Bahia](#)
- [Seguradora não pode recusar contratação por pessoa com restrição de crédito disposta a pagar à vista](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Inserção de detentos no mercado de trabalho é destaque no Link CNJ](#)
- [Grupo de trabalho vai simplificar e atualizar cadastros nacionais do CNJ](#)

BANCO DO CONHECIMENTO*

Ementários de Jurisprudência - Erro Médico

Disponibilizamos no Banco do Conhecimento a edição especial do Ementário de Jurisprudência sobre o tema Erro Médico, contendo Acórdãos do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro, selecionados e organizados pelo Serviço de Publicações Jurisprudenciais.

Acesse essa e outras edições especiais do Ementário de Jurisprudência, no seguinte caminho: Banco do Conhecimento > Publicações > Revistas > [Ementário de Jurisprudência - edições especiais](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0071932-19.2018.8.19.0000](#) - Rel. Des. [Gabriel de Oliveira Zefiro](#) - Dm. 08/01/2019 e p. 10/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça decreta prisão preventiva de acusado da morte da motorista de Uber](#)
- [Homem que tentou assaltar lutadora de MMA tem prisão preventiva decretada](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Rejeitada ação direta de inconstitucionalidade proposta por entidade de caráter regional](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Acusado de mandar matar o sogro para ter acesso a herança não consegue liminar](#)
- [CEF pode cobrar taxa de administração e de risco de crédito nos contratos do SFH](#)

BANCO DO CONHECIMENTO*

Correlação dos Verbetes Sumulares

A página de [Correlação dos Verbetes Sumulares](#) organiza por assunto a Súmula do TJERJ, do STF e do STJ.

Acesse a página no seguinte caminho: [Banco do Conhecimento / Jurisprudência / Correlação dos Verbetes Sumulares e Enunciados do TJERJ com as Súmulas dos Tribunais Superiores.](#)

JULGADOS INDICADOS*

- [0067015-54.2018.8.19.0000](#) - Rel^a. Des^a. [Marcia Perrini Bodart](#) - j. 18/12/2018 e 09/01/2019

(*) Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Violência contra a mulher: mais processos, mais atendimentos](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Mantida prisão de homem acusado de comércio clandestino de gado no Acre](#)
- [Credor fiduciário é responsável por despesa com estadia do veículo alienado em pátio privado](#)
- [Homem que aplicava golpe do falso padre para furtar pertences de idosos vai continuar preso](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Presídio Federal de Mossoró prepara adesão ao controle digital de penas](#)

BANCO DO CONHECIMENTO*

Coletânea dos Atos Oficiais do PJERJ

Página do [Banco do Conhecimento](#) que disponibiliza uma compilação de normas selecionadas por temas de interesse precípua das serventias da Corregedoria Geral da Justiça, organizada a partir de pesquisa desenvolvida pelo MM. Dr. Juiz de Direito FABIO PORTO do Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro.

Seguem os principais títulos da referida Coletânea:

- [Estrutura e Funcionamento](#)
- [Fiscalização e Disciplina](#)
- [Serventias Judiciais](#)
- [Serventias Extrajudiciais](#)
- [Matéria de Pessoal](#)
- [Pareceres e Decisões Administrativas](#)
- [Grupo Emergencial de Auxílio Programado - GEAP](#)
- [Grupo Regional Especial de Apoio Cartório - GREAC](#)

A Coletânea dos Atos Oficiais, atualizada em 14/12/2018, pode ser acessada no seguinte caminho: Banco do Conhecimento > Legislação > [Coletânea dos Atos Oficiais](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0009549-85.2012.8.19.0203](#) - Rel. Des. [Gilberto Campista Guarino](#) - j. 12/12/2018 e p. 13/12/2018

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*

LEGISLAÇÃO*

- [Medida Provisória nº 869, de 27/12/2018](#) - Altera a Lei nº 13.709, de 14/08/2018, para dispor sobre a proteção de dados pessoais e para criar a Autoridade Nacional de Proteção de Dados, e dá outras providências.
- [Lei Federal nº 13.798, de 03/01/2019](#) - Acrescenta art. 8º-A à Lei nº 8.069, de 13/07/1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para instituir a Semana Nacional de Prevenção da Gravidez na Adolescência.

- [Lei Federal nº 13.796, de 03/01/2019](#) - Altera a Lei nº 9.394, de 20/12/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para fixar, em virtude de escusa de consciência, prestações alternativas à aplicação de provas e à frequência a aulas realizadas em dia de guarda religiosa.
- [Lei Federal nº 13.793, de 03/01/2019](#) - Altera as Leis nºs 8.906, de 04/07/1994, 11.419, de 19/12/2006, e 13.105, de 16/03/2015 (Código de Processo Civil), para assegurar a advogados o exame e a obtenção de cópias de atos e documentos de processos e de procedimentos eletrônicos.
- [Lei Federal nº 13.792, de 03/01/2019](#) - Altera dispositivos da Lei nº 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil), para modificar o quórum de deliberação no âmbito das sociedades limitadas.
- [Lei Federal nº 13.787, de 27/12/2018](#) - Dispõe sobre a digitalização e a utilização de sistemas informatizados para a guarda, o armazenamento e o manuseio de prontuário de paciente.
- [Lei Federal nº 13.786, de 27/12/2018](#) - Altera as Leis nºs 4.591, de 16/12/1964, e 6.766, de 19/12/1979, para disciplinar a resolução do contrato por inadimplemento do adquirente de unidade imobiliária em incorporação imobiliária e em parcelamento de solo urbano.
- [Lei Federal nº 13.785, de 27/12/2018](#) - Determina o registro de veículo pelo guia de turismo que for adquirente de veículo ou que utilizar veículo próprio, de cônjuge ou de dependente, no desempenho de suas atividades profissionais e estabelece regras a serem observadas pelo guia-motorista na execução dos serviços de transporte turístico.
- [Lei Federal nº 13.777, de 20/12/2018](#) - Altera as Leis nºs 10.406, de 10/01/2002 (Código Civil), e 6.015, de 31/12/1973 (Lei dos Registros Públicos), para dispor sobre o regime jurídico da multipropriedade e seu registro. [Mensagem de veto](#)
- [Lei Federal nº 13.775, de 20/12/2018](#) - Dispõe sobre a emissão de duplicata sob a forma escritural; altera a Lei nº 9.492, de 10/09/1997; e dá outras providências.
- [Decreto Federal nº 9.663, de 01/01/2019](#) - Aprova o Estatuto do Conselho de Controle de Atividades Financeiras - Coaf
- [Decreto Federal nº 9.661, de 01/01/2019](#) - Regulamenta a Lei nº 13.152, de 29/07/2015, que dispõe sobre o valor do salário mínimo e a sua política de valorização de longo prazo.

- [Lei Estadual nº 8275, de 03/01/2019](#) - Altera a Lei nº 4.049, de 30/12/2002, que dispõe sobre a concessão, pelo Departamento de Trânsito do Estado do Rio de Janeiro (DETRAN), de cartão especial de estacionamento para pessoas portadoras de deficiência e maiores de 60 anos proprietários de veículos, a ser utilizado nos estacionamentos públicos e privados do Estado do Rio de Janeiro.
- [Lei Estadual nº 8274, de 28/12/2018](#) - Estabelece os procedimentos a serem adotados nos casos de identificação de prestação de serviço educacional escolar sem a respectiva autorização do órgão próprio do sistema no âmbito do estado do rio de janeiro e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8273, de 28/12/2018](#) - altera os artigos 1º e 2º da Lei nº 3.421/2000, na forma que menciona.
- [Lei Estadual nº 8272, de 27/12/2018](#) - altera a data de validade prevista no art. 2º da Lei nº 7.483, de 08/11/2016, alterada pela Lei 7.627, de 09/06/2017, que reconhece o estado de calamidade pública no âmbito da administração financeira declarado pelo Decreto nº 45.692, de 17/06/2016, e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8269, de 27/12/2018](#) - dispõe sobre a autodeclaração do proprietário de veículos automotores de conformidade quanto à segurança veicular e ambiental e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8267, de 27/12/2018](#) - altera as Leis nº 5.343, de 08/12/2008 e 6.328, de 02/10/2012, para aperfeiçoar a carreira docente e o regime de trabalho de tempo integral com dedicação exclusiva da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8266, de 26/12/2018](#) - autoriza o Estado do Rio de Janeiro a reinstaurar o incentivo fiscal de que trata a Lei Estadual nº 1954, de 26/01/1992 e dá outras providências.
- [Lei Estadual nº 8265, de 21/12/2018](#) - dispõe sobre a cobrança de taxas de religação de serviços essenciais no âmbito do Estado do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- [Lei Complementar Estadual nº 184, de 27/12/2018](#) - dispõe sobre a região metropolitana do Rio de Janeiro, sua composição, organização e gestão, define as funções públicas e serviços de interesse comum, cria a autoridade executiva da região metropolitana do Rio de Janeiro e dá outras providências.
- [Lei Complementar Estadual nº 183, de 26/12/2018](#) - altera a redação do artigo 6º da Lei Complementar nº 151, de 09/10/2013,

NOTÍCIAS TJRJ*

- [Justiça decreta prisão preventiva de filho de Fernandinho Beira-Mar](#)
- [Mantida decisão de que Polícia Civil deve ouvir Fábio Felipe](#)
- [TJRJ assina convênio com Estado para reforma e uso de prédio da antiga estação da Leopoldina](#)
- [Justiça restabelece cobrança de pedágio da Linha Amarela](#)
- [Rio terá de regularizar pagamento a abrigos de crianças e adolescentes](#)
- [Governo federal sanciona lei que substitui prisão de gestantes e mães de pessoas com deficiência](#)

NOTÍCIAS STF*

- [Mantidas medidas cautelares alternativas impostas a bispo acusado de desvios na Diocese de Formosa \(GO\)](#)
- [Negado HC a ex-bispos da Igreja Renascer condenados por lavagem de dinheiro](#)
- [Ministro-presidente aplica jurisprudência e determina em HC a revisão de regime inicial para cumprimento da pena por tráfico de drogas](#)
- [Ministra rejeita HC impetrado pela defesa de Jorge Picciani](#)
- [Julgada incabível ADI sobre presos em penitenciárias de segurança máxima](#)

NOTÍCIAS STJ*

- [Banco pode cobrar por manutenção de título vencido desde que pessoa jurídica tenha solicitado o serviço](#)
- [Ex-agente acusado de receber propina para não fiscalizar menores em eventos continua preso](#)
- [Metrô paulista não terá de indenizar passageira molestada em vagão](#)
- [STJ suspende liminar e Grupo Oi pode retomar atividades e participar de licitações sem apresentar negativas fiscais](#)
- [Aumento justificado do capital social da controlada por decisão da controladora não configura abuso, mesmo com diluição da participação minoritária](#)

- [Entidade de previdência privada não pode descontar do pecúlio saldo de empréstimo contraído por participante que faleceu](#)
- [Justiça federal é competente para julgar uso de documento falso apresentado à justiça estadual investida de delegação federal](#)
- [Proprietário atual só responde por dívida condominial antiga se posterior ao registro do condomínio](#)
- [Ações individuais deverão ficar suspensas até o trânsito em julgado de ações coletivas sobre exposição à contaminação ambiental](#)
- [Fornecedor aparente deve responder por defeito em notebook fabricado pela Toshiba International](#)
- [Ação rescisória não pode alterar sanções fixadas em condenação por improbidade](#)
- [Prefeito de Niterói e empresário envolvidos na Operação Alameda continuarão presos](#)
- [Em atenção ao interesse do menor, é possível suprimir direito de visita do avô](#)
- [Atores devem indenizar família de dramaturgo por turnê na Europa sem autorização](#)
- [Embriaguez do condutor não afasta dever da seguradora de indenizar terceiro vítima de acidente](#)
- [Responsável pela morte de jovem em túnel no Rio deve cumprir pena de prisão](#)
- [Presidente do STJ suspende liminar que obrigava Correios a atuar em áreas de risco na capital paulista](#)
- [Corte Especial reafirma possibilidade de cumulação de honorários nos embargos e na própria execução](#)
- [Tutela inibitória pode ser usada para impedir que ex-empregado acesse dados da empresa](#)

NOTÍCIAS CNJ*

- [Corregedor proíbe participação de juízes em conselhos fora do Judiciário](#)
- [Definidos os vencedores do IX Prêmio Conciliar é Legal](#)
- [Corregedoria publica recomendação sobre pagamento de auxílios por tribunais](#)
- [Corregedor decide: aumento de cargos nos TJs deve ser submetido ao CNJ](#)
- [BacenJud amplia bloqueio de valores para quitar dívidas](#)
- [Maria da Penha: Justiça do Rio tem recorde de casos e atendimentos](#)

BANCO DO CONHECIMENTO*

Acórdãos Selecionados por Desembargador

Atualizamos a página do Desembargador [Gilberto Campista Guarino](#), no link Acórdãos Selecionados por Desembargador, com os acórdãos abaixo relacionados:

- **0009549-85.2012.8.19.0203(2015.001.83693)** - Julgamento: 12/12/2018

APELAÇÃO CÍVEL. AÇÃO DE EMBARGOS DE TERCEIRO (COMPRADOR DE IMÓVEL RESIDENCIAL). AÇÃO PRINCIPAL COM PEDIDO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, EM CÚMULO SUCESSIVO COM COBRANÇA DE ALUGUERES E ENCARGOS, AJUIZADA PELO 1º EMBARGADO E APELADO, EM FACE DO VENDEDOR DO IMÓVEL RESIDENCIAL, 2º EMBARGADO E APELADO. PROCESSO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. PENHORA DO BEM EM ALEGADA FRAUDE À EXECUÇÃO (ART. 593, II, DO CÓDIGO BUZAI). EMBARGOS JULGADOS IMPROCEDENTES. IRRESIGNAÇÃO. OBJEÇÃO DE DECADÊNCIA. REJEIÇÃO. PRAZO QUATERNÁRIO QUE SE APLICA AO AJUIZAMENTO DE AÇÃO PAULIANA (ART. 178, II, DO CÓDIGO CIVIL), QUE VEICULA, COMO CAUSA DE PEDIR, A FRAUDE CONTRA CREDORES, INSTITUTO CUJA NATUREZA JURÍDICA, DE DIREITO PRIVADO E MATERIAL, É INCONFUNDÍVEL COM A FRAUDE À EXECUÇÃO, CUJA NATUREZA É DE DIREITO PÚBLICO E PROCESSUAL. MÉRITO. EM FRAUDE À EXECUÇÃO, É PRESCINDÍVEL A TRAMITAÇÃO DE PROCESSO EM FASE DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA. DESNECESSIDADE DE INTIMAÇÃO DO DEVEDOR PARA PAGAR O DÉBITO. RECURSO ESPECIAL (REPETITIVO) N.º 956.934/PR. INEXISTÊNCIA DE OFENSA AO ART. 667 DO CÓDIGO BUZAI. SUBSTITUIÇÃO DE UM IMÓVEL, INICIALMENTE PENHORADO, PELO QUE É OBJETO DO ATO DE CONSTRIÇÃO JUDICIAL. RECONHECIMENTO DA FRAUDE À EXECUÇÃO. INEXISTÊNCIA DE AVALIAÇÃO DO 1º BEM DE RAIZ, DO QUE DECORRE INCERTEZA QUANTO À GARANTIA DO JUÍZO. OBSERVÂNCIA DO INTERESSE DO CREDOR E 1º APELADO. SÚMULA N.º 375-STJ. VENDA E COMPRA CELEBRADA PELO EMBARGANTE (COMPRADOR E RECORRENTE), AOS 05/06/2006, SEM ASSENTO REGISTRAL DE PENHORA. CERTIDÕES DOS 1º, 2º, 3º, 4º E 9º OFÍCIOS DO REGISTRO DE DISTRIBUIÇÕES QUE PASSAM POR FÉ QUE O VENDEDOR (2º APELADO) É RÉU EM OUTRAS AÇÕES COM PEDIDO DE DESPEJO POR FALTA DE PAGAMENTO, COBRANÇA, ALÉM DE EXECUÇÕES CÍVEL E FISCAL. CERTIDÃO DO 2º OFÍCIO DO REGISTRO DE INTERDIÇÕES E TUTELAS, PASSANDO POR FÉ QUE O VENDEDOR (2º APELADO) FOI INTERDITADO, POR SENTENÇA PROFERIDA AOS 09/10/1978. ESCRITURA PÚBLICA DE COMPRA E VENDA DA QUAL CONSTA QUE O COMPRADOR (EMBARGANTE E RECORRENTE) TINHA CIÊNCIA DESSES APONTAMENTOS, MAS, AINDA ASSIM, COMPROU O IMÓVEL. COMPROVAÇÃO DE MÁ FÉ NA CELEBRAÇÃO DO NEGÓCIO JURÍDICO. FALTA DE PROVA DA ALEGAÇÃO DE QUE O BEM É DE FAMÍLIA (ART. 1º DA LEI FEDERAL N.º 8.009/1990).

PRECEDENTES DOS EE. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA E TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

- **0016316-69.2017.8.19.0008(2018.001.59721)** - Julgamento: 12/12/2018

APELAÇÃO CÍVEL. CONSTITUCIONAL E ADMINISTRATIVO. DIREITO FUNDAMENTAL À SAÚDE. AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. AUTORA QUE SOFRE DE "ARTRITE REUMATOIDE (CID 10 M058), ARTROSE (CID 10 M19), HÉRNIA DE DISCO (CID 10 M50/M51) E OSTEOPOROSE (CID 10 M81.9)". PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (FORNECIMENTO DE MEDICAMENTOS). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DO PRIMEIRO RÉU (ESTADO). MATÉRIA CLARA NA LEGISLAÇÃO INFRACONSTITUCIONAL E TRIVIAL NA CONSTRUÇÃO PRETORIANA. FÁRMACO NÃO INCORPORADO AO SUS. RECENTE JULGAMENTO DA QUESTÃO (RECURSO ESPECIAL N.º 1.657.156/RJ - REPETITIVO). MODULAÇÃO DOS EFEITOS. EXIGÊNCIAS NÃO APLICÁVEIS AO CASO. ALTERNATIVA TERAPÊUTICA. PREVALÊNCIA DA PRESCRIÇÃO MÉDICA. PRECEDENTE DO C. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

- **0039686-67.2018.8.19.0000(2018.002.52567)** - Julgamento: 12/12/2018 - DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL

AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATO DE ADESÃO. VALIDADE. OBRIGAÇÕES DE FAZER. RESPONSABILIDADE CIVIL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. FUMAÇA DO BOM DIREITO. AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. PEDIDO DE DECLARAÇÃO DE NULIDADE DA CLÁUSULA CONTRATUAL, EM CÚMULO SUCESSIVO COM CONSTITUIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (FORNECIMENTO DO SERVIÇO DE HOME CARE) E COMPENSAÇÃO POR DANOS MORAIS, NO VALOR DE R\$ 10.000,00 (DEZ MIL REAIS). AUTORA QUE SOFRE DE MAL DE ALZHEIMER. INTERLOCUTÓRIA QUE DEFERIU A TUTELA PROVISÓRIA DE URGÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO. LAUDO MÉDICO CONCLUSIVO PELA NECESSIDADE E PELA URGÊNCIA DA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO EM FOCO, OU INTERNAÇÃO DOMICILIAR, COM ACOMPANHAMENTO DE PROFISSIONAL DE ENFERMAGEM 24 (VINTE E QUATRO) HORAS. ABUSIVIDADE DA CLÁUSULA DE EXCLUSÃO DE CUSTEIO DO SERVIÇO, QUE É O MEIO NECESSÁRIO PARA O MELHOR DESEMPENHO DO TRATAMENTO DE DOENÇA EFETIVAMENTE COBERTA PELO PLANO DE SAÚDE. CONTRATO NÃO PARITÁRIO. INTERPRETAÇÃO CONTRA STIPULATOREM. INTELIGÊNCIA DO ART. 51, IV, DA LEI N.º 8.078/90.

PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE. PONDERAÇÃO DE INTERESSES, SOBREVENDO O DIREITO À VIDA COM O MÍNIMO DE DIGNIDADE. PRECEDENTES. AGRAVO CONHECIDO E DESPROVIDO.

- **0004791-36.2017.8.19.0026(2018.001.79324)** - Julgamento: 12/12/2018 - DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. PEDIDO DE CONSTITUIÇÃO DE OBRIGAÇÃO DE FAZER (FORNECIMENTO DE MEDICAMENTO). SENTENÇA DE PROCEDÊNCIA. CONDENAÇÃO DO MUNICÍPIO AO PAGAMENTO DE HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS AO CEJUR/DPGE E TAXA JUDICIÁRIA. IRRESIGNAÇÃO. VERBA HONORÁRIA. EMENDA CONSTITUCIONAL N.º 80/2014. CORRETA CONDENAÇÃO EM HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS DO ENTE FEDERADO (SEJA ELE QUAL FOR), NAS DEMANDAS PATROCINADAS PELA DEFENSORIA PÚBLICA, QUE GOZA DE AUTONOMIA FUNCIONAL, ADMINISTRATIVA E ORÇAMENTÁRIA. PRECEDENTE DO C. SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. TAXA JUDICIÁRIA. TRIBUTO. CONCEITO INCONFUNDÍVEL COM O DE "CUSTAS". SÚMULA N.º 145-TJRJ. APELAÇÃO CONHECIDA E DESPROVIDA.

- **0091264-15.2008.8.19.0002(2017.001.41326)** - Julgamento: 12/12/2018 - DÉCIMA QUARTA CÂMARA CÍVEL

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO CIVIL. CONSUMIDOR. CONTRATOS. PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE FORNECIMENTO DE ENERGIA ELÉTRICA. REPETIÇÃO DOBRADA DE INDÉBITO. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE PROCEDIMENTO COMUM. PEDIDO DE REFATURAMENTO DE CONTAS RELATIVAS AOS MESES DE JULHO DE 2007 A DEZEMBRO DE 2008, EM CÚMULO SUCESSIVO COM REPETIÇÃO DOBRADA DE INDÉBITO, ALCANÇANDO TARIFAS LANÇADAS NAS FATURAS, A TÍTULO DE SERVIÇOS QUE ALEGA NÃO TER CONTRATADO, E RESPONSABILIDADE CIVIL POR DANOS MORAIS. SENTENÇA DE PARCIAL PROCEDÊNCIA. IRRESIGNAÇÃO DA AUTORA SOMENTE QUANTO AO CAPÍTULO QUE JULGOU A COMPENSAÇÃO. PROVA PERICIAL. LAUDO CONCLUSIVO. FATURAS NÃO CONDIZENTES COM O CONSUMO MENSAL AFERIDO NO IMÓVEL RESIDENCIAL DE PROPRIEDADE DA APELANTE. COBRANÇAS EXCESSIVAS DE JULHO A DEZEMBRO DE 2008. FALHA NA PRESTAÇÃO DO SERVIÇO (ART. 14 DO CODECON). TEORIA DO DESVIO PRODUTIVO DO CONSUMIDOR. PRECEDENTES DO E. SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA. DANO MORAL CONFIGURADO. QUANTIFICAÇÃO. APLICAÇÃO DO MÉTODO BIFÁSICO. MÉDIA ARITMÉTICA EM TORNO DE R\$ 2.333,00 (DOIS MIL TREZENTOS E

TRINTA E TRÊS REAIS). PONDERAÇÃO DOS ASPECTOS PEDAGÓGICO E PUNITIVO DO INSTITUTO. SUCUMBÊNCIA RECÍPROCA (ART. 86, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL). RECURSO CONHECIDO E PROVIDO.

A página do Desembargador [Gilberto Campista Guarino](#) pode ser consultada no seguinte caminho: Banco do Conhecimento > Jurisprudência > [Acórdãos Selecionados por Desembargador](#).

JULGADOS INDICADOS*

- [0001352-39.2016.8.19.0030](#) - Rel^a. Des^a. [Suely Lopes Magalhães](#) - j. 19/12/2018 e p. 07/01/2019

() Os links podem sofrer alterações por serem extraídos de fonte original.*